

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

FLORES, Jorge Oscar de Mello. *Jorge Oscar de Mello Flores II (depoimento, 1996/1997)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1998. 66 p. dat.

Esta entrevista foi realizada na vigência de convênio entre CPDOC/FGV e FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE SEGUROS. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**JORGE OSCAR DE MELLO FLORES II**  
**(depoimento, 1996/1997)**

### *Ficha Técnica*

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Maria Antonieta Parahyba Leopoldi; Teresa Cristina Novaes Marques

levantamento de dados: Maria Antonieta Parahyba Leopoldi

pesquisa e elaboração do roteiro: Maria Antonieta Parahyba Leopoldi

sumário: Teresa Cristina Novaes Marques

conferência da transcrição: Teresa Cristina Novaes Marques

copidesque: Leda Maria Marques Soares

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 02/12/1996 a 07/01/1997

duração: 4h 10min

fitas cassete: 05

páginas: 66

Entrevista realizada no contexto do projeto "A Atividade de Seguros no Brasil", desenvolvido entre 1996 e 1998, na vigência do convênio entre o CPDOC-FGV e a Funenseg. O projeto resultou no livro "Entre a solidariedade e o risco: história do seguro privado no Brasil".

Foi precedido de uma entrevista preliminar. O entrevistado também gravou um depoimento em vídeo, tratando, resumidamente, dos mesmos temas aqui abordados.

temas: Bancos Comerciais, Companhias de Seguro, Energia Elétrica, Jorge Oscar de Melo Flores, Mercado Financeiro, Política Energética, Política Nacional, Seguros, Sistema Financeiro

## *Sumário*

1ª Entrevista: formação intelectual e raízes familiares; o convívio com um tio comunista; as manifestações de habilidade matemática na juventude; passagem pela Escola Politécnica e convívio com professores e colegas; ingresso no Conselho de Águas e Energia, em 1939; apresentação de um projeto de regulamentação do Código de Águas; ingresso na Comissão de Mobilização Econômica durante a guerra e posterior ingresso no Dasp; a queda do Estado Novo e a incompatibilização com o governo Linhares; a indicação para integrar a Comissão de Planejamento Econômico, onde convive com Eugênio Gudín e Roberto Simonsen, dentre outros; a participação na criação da Fundação Getúlio Vargas e os primeiros tempos dessa entidade; a carreira docente: catedrático da cadeira de hidráulica em 1949; convite simultâneo para trabalhar no grupo Sul América; a assessoria ao BNDE no período do governo JK, participando de discussões em torno da criação de uma indústria de material elétrico no país; a criação do Fundo Nacional de Eletrificação, em parte com recurso de seguradoras privadas e institutos de previdência social; a disputa em torno das aplicações de provisões técnicas das companhias seguradoras chega ao nível de ministério; a importância do título debênture conversível em ações para a preservação dos interesses das seguradoras quanto às aplicações das provisões técnicas; a interferência do BNDE no estabelecimento dos critérios de aplicações de investimentos de seguradoras; o conflito entre a Sul América e o BNDE; a participação da FGV na elaboração da Lei de Previdência Social de 1963; participação na elaboração do Decreto-Lei nº 200, juntamente com Hélio Beltrão e Simões Lopes, e as dificuldades de conciliar os interesses das forças armadas; a participação no Conselho Monetário Nacional entre 1978 e 1981, na qualidade de consultor especial para assuntos do mercado de capitais; críticas ao sistema nacional de habitação no tempo do BNH; a participação na Federação de Bancos, Fenaban; sua atuação como conselheiro do Conselho Nacional de Seguros Privados e Capitalização, entre 1967 e 1969: a indicação de Castelo Branco e o veto de Costa e Silva; as disputas no CNSPC em torno dos critérios para aplicações de provisões técnicas; a situação crítica do sistema segurador no final dos anos 60 e a questão das provisões técnicas.

A trajetória do grupo Sul América desde o fim do século XIX; o surgimento da Sul América Capitalização; o surgimento do Banco Hipotecário Lar Brasileiro e as peculiaridades desse empreendimento; os conflitos entre o Banco Lar Brasileiro e a Sumoc; a inflação crescente dos anos 50 e o setor de capitalização; as práticas do mercado de capitalização; os deslocamentos de posições dos ramos de seguros dentro do grupo Sul América; a sustentação das carteiras de capitalização através de aplicações rentáveis e o esgotamento dessa estratégia em face da aceleração inflacionária; a trajetória profissional no grupo Sul América; a importância da passagem pelo Dasp para o conhecimento das operações contábeis; a importância da Sul América Capitalização no mercado brasileiro; perfil do comprador de títulos de capitalização; o título de capitalização como instrumento de crédito privado; a sustentação da Sul América Capitalização apesar da pressão inflacionária; o acúmulo de funções também na Sul América Seguros a partir de 1957; o surgimento de novos setores dentro do grupo Sul América; o ingresso dos bancos no mercado de seguros e a posição da Sul América frente ao Bradesco.

2ª Entrevista: a participação no Sindicato das Seguradoras da Guanabara e, depois, na Fenaseg; o impacto da estatização dos seguros de acidentes de trabalho sobre o mercado segurador; a interferência do BNDE sobre a aplicação de provisões técnicas e a disputa judicial entre a Sul América Capitalização e esse banco; comentário sobre a Companhia Nacional de Seguros Agrícolas; a atuação no Sindicato das Seguradoras em defesa de interesses das companhias; o ingresso no Sindicato de Bancos da Guanabara em 1962; o conflito com João Goulart em torno de uma greve de bancários e as repercussões políticas desse episódio, inclusive com a ameaça de intervenção no sindicato; a proposta de reforma bancária do Plano Trienal; o surgimento do Ipês: as primeiras reuniões na Casa de Rui Barbosa; o papel do Ipês nas eleições de 1962; o

papel da Conclap na criação do Ipês; o surgimento do Ibad e sua atuação; a relação entre o Ipês e a Ação Democrática Parlamentar no Congresso Nacional.

A trajetória do Banco Hipotecário Lar Brasileiro e a venda do controle acionário para o Chase Manhattan Bank: razões que levaram à venda; o problema de liquidez do Banco Lar Brasileiro; a relação entre o Banco Lar Brasileiro e o mercado imobiliário do Distrito Federal nos anos 30 e 40; a participação na empresa Crédito Comercial S.A., Sociedade de Crédito e Financiamento; a elaboração da reforma bancária durante a gestão de Otávio Bulhões no Ministério da Fazenda e de Roberto Campos no do Planejamento; a comissão encarregada de elaborar a reforma bancária e a proposta de Dênio Nogueira de reestruturação do setor; a ausência de representantes paulistas na comissão que elaborou a reforma bancária; comentário sobre Ulisses Guimarães; as dificuldades de aprovação da reforma bancária no Congresso, gerando a necessidade de intervenção direta dos interessados junto aos parlamentares; o papel de Thales José de Campos na elaboração do Decreto-Lei n° 73, em 1966; a relação entre o Estado e o mercado segurador; a ruptura com a direção da Fenaseg em 1967 por força da estatização dos seguros de acidentes do trabalho; ingresso no CNSP e atuação como conselheiro: a discussão em torno da Resolução 92 do Banco Central; o surgimento da seguradora Sasse na Caixa Econômica Federal; a questão da correção monetária sobre o pagamento de sinistros; a participação na Associação dos Exportadores Brasileiros nos anos 70; participação na União Brasileira de Empresários nos anos 80 e a tentativa de se preparar propostas comuns para a Constituinte de 1988; o papel de Albano Franco no esvaziamento do movimento; comentário sobre João Batista Leopoldo Figueiredo, Paulo Aires e Antônio Galloti; a formulação de uma proposta para o mercado de capitais durante o governo Geisel; visão dos rumos atuais do mercado segurador: como ficaria o IRB no novo cenário; a expansão da Sul América no mercado internacional; a extinção da Comissão de Tarifas dentro do IRB em 1968.

*1ª Entrevista: 2.12.1996*

A. L. - Dr. Jorge Oscar, o senhor poderia começar a entrevista traçando um perfil rápido da sua formação, das suas raízes familiares, das relações.

M. F. - Bom, quando minha mãe morreu, eu tinha um ano e pouco, e fui criado por minha avó, que era justamente a viúva do almirante Custódio Luís de Mello. Ela morava com uma das filhas, que era casada, então esses tios tiveram muita influência no começo da minha vida.

A. L. - Qual o nome desses tios?

M. F. - Um deles era o almirante Manuel Marques Couto, da Marinha, e também engenheiro naval e civil: foi quem construiu o arsenal da ilha das Cobras. Ele tinha uma biblioteca muito grande de hidráulica e de matemática, daí eu me encaminhei muito para a matemática e para a hidráulica, que acabei seguindo. E um outro tio, com quem eu morei, me influenciou muito, porque ele tinha uma das maiores bibliotecas de clássicos portugueses e me habituou, desde cedo, a ler esses livros. Os mais recentes, eu li todos: Rebelo da Silva, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco...

A. L. - O senhor somou uma formação técnica com uma formação humanística já dentro de casa.

M. F. - Dentro de casa. E mais: esse meu tio era comunista. Foi citado na...

A. L. - O almirante!?

M. F. - Não, o outro, que era médico, o Dionísio Cerqueira. Esse que tinha os livros clássicos. Foi até citado no Congresso como um dos principais comunistas teóricos que havia na ocasião. Eu e meu irmão, então, fomos levados por ele a ler todos os livros de Vladimir Ilitch, Lênin, de Karl Marx, tudo isso nós lemos. E, em vez de ficarmos convencidos, ficamos vacinados. Desde o começo, eu impliquei com uma série de coisas e, depois, verifiquei que tinha razão nas minhas implicações: que toda a teoria da mais-valia era furada, que o valor trabalho, que eu considero, hoje, um dos princípios mais antiecológicos do mundo... Porque para eu admitir que o valor é o valor trabalho, eu considero valor nulo tudo o que tiro da natureza, então me permito depredar a natureza à vontade, se o negócio é valor nulo. Eu morei oito anos com esse tio comunista. Por coincidência, fui morar com ele no ano em que Lênin morreu, e deixei de morar no ano em que estavam na barriga das respectivas mães os dois atuais, Boris Yeltsin e Gorbatchov. Nesses oito anos, eu lidei com isso, então, fiquei com uma formação muito... Meu pai também era engenheiro, tinha uma boa biblioteca de engenharia.

A. L. - Tudo encaminhava o senhor para a engenharia.

M. F. - Tudo me encaminhava para a engenharia.

A. L. - O senhor estudou no Colégio Andrews dos seis aos 14 anos. Já era bom em matemática?

M. F. - Era.

A. L. - Já mostrava essa tendência para a engenharia.

M. F. - Já. Eu aprendi a ler lá e só saí para a pré-escola. Eu era da mesma turma que o meu irmão, embora ele fosse mais velho do que eu. E tínhamos um professor de

matemática que, quando acabou de lecionar o programa, para treinar, resolveu fazer os alunos perguntarem uns aos outros. Uma das turmas, o chefe era eu, a outra turma, o chefe era meu irmão. Então, eu fazia perguntas a meu irmão e ele a mim; e tudo o que ele me perguntava, eu acertava, tudo que eu perguntava, ele acertava. Um dia, resolvi perguntar uma definição, em vez de perguntar um negócio de matemática, e ele não respondeu muito bem. E o professor: “Está satisfeito?” Eu disse: “Mais ou menos.” Então, ele me deu meio ponto. Meu irmão, que era mais velho do que eu, ficou uma bala com isso! Fez tanta cena em casa que meu pai foi ao colégio e pediu para acabar com aquela disputa. Mas já naquela época eu era bom em matemática.

A. L. - O senhor se formou engenheiro civil em 1932, com 20 anos. Alguns dos seus colegas na turma de engenharia continuaram depois com o senhor?

M. F. - Cada qual foi para o seu lado, eu pouco lidei com colegas de turma.

A. L. - Mas o Alim Pedro foi seu contemporâneo.

M. F. - Bom, o Alim Pedro, era da minha turma, mas ele perdeu o ano, não se formou comigo, foi se formar na turma seguinte.

A. L. - O Cantanhede também?

M. F. - Não, esse era duas turmas na frente da minha. O Plínio Reis de Cantanhede Almeida, eu conhecia bem. Eram cinco irmãos, todos na Escola, de modo que a gente conhecia. E o pai dele era professor da Escola também.

T. M. - O Luís Cantanhede?

M. F. - Tinha o Luís, que trabalhava na Aeronáutica, tinha um que até substituiu o pai na cadeira de topografia, não me lembro o primeiro nome dele, mas os mais conhecidos eram o Plínio e o César, que se especializou na parte de organização e foi do Conselho Curador da Fundação Getúlio Vargas.

T. M. - Na Escola Politécnica, havia uma cadeira de economia política. Era uma cadeira prestigiada, com bons professores?

M. F. - Tinha ótimos professores. Quando entrei para a escola, o professor de lá era o Tobias Moscoso, que era um ótimo professor. E houve uma coisa: quando trouxeram os restos mortais do Santos Dumont para cá, houve um vôo – não sei por quê – em que iam quatro professores da Escola, e o avião caiu, morreram os quatro. Morreu o Tobias Moscoso, morreu o professor de astronomia, que era muito bom, o Amoroso Costa... Sei que morreram quatro.<sup>1</sup> E aí o Moscoso foi substituído por um muito bom também, que era o Jorge Filipe Kafuri. Em tempos do começo do Núcleo de Economia da Fundação, ele funcionou com o Gudin e o Jorge Filipe Kafuri.

A. L. - E também na Escola de Economia, com o Bulhões.

M. F. - Não sei, acho que sim. A Escola, aliás, funcionou uns tempos dentro da fundação. Nós suplementávamos professores e dávamos bolsas aos alunos. Foram bolsistas nossos alguns indivíduos que depois fizeram muita carreira, como por exemplo o Genival Santos, que depois foi presidente do BNDE e diretor de Câmbio do Banco do Brasil. Foi nosso bolsista aqui.

A. L. - Logo depois de formado, o senhor entrou no Departamento Nacional da Produção Mineral e lá começou uma carreira de engenheiro hidráulico. Poderia falar um pouco sobre isso?

<sup>1</sup> Ver Nero Moura, *Um vôo na história*, Editora da Fundação Getúlio Vargas, nota 22, página 34.

M. F. - Bom, nós fazíamos mais estudos de regime de rios. A Divisão de Águas do Ministério da Agricultura fazia o estudo de regime de rios e avaliava o potencial hidráulico das cachoeiras do Brasil.

A. L. - Mas não se fazia mais nada, eram só estudos?

M. F. - Não, a minha divisão. Havia outra divisão que dava as concessões. Quando uma empresa desejava construir uma usina, submetia o projeto a ela. E depois havia a Divisão de Fiscalização, que fiscalizava as que estavam em funcionamento.

A. L. - Quer dizer, o Estado tinha uma ação meramente regulatória, não fazia empreendimentos.

M. F. - Não fazia. Mas preparava os estudos. Em geral, quando eles iam fazer, iam até a Divisão de Águas, para saber os estudos que já se tinha sobre aquele rio.

A. L. - E os estudos que o senhor fez foram mais na área fluminense?

M. F. - Não, não. Eu fiquei pouco tempo, depois, fui trabalhar em São Paulo. Eu medi muitos rios de São Paulo. Tinha mais [estudos] no rio Paraíba, mas também medi aqueles rios todos, o rio Pardo, o rio Jaguari, o rio Piracicaba, o rio Sorocaba... Nesses todos eu andei fazendo estudos.

A. L. - E essa informação que o senhor tinha sobre engenharia hidráulica o ajudou na matéria em que foi trabalhar como professor da Escola de Engenharia, não?

M. F. - Sim. Quando vagou o lugar de assistente do professor de hidráulica, em 1936, eu fui ser seu assistente. Fiquei em 1936 e 1937, larguei quando veio a Constituição de 1937, que obrigou a desacomodar. Porque eu tinha a função na Divisão de Águas e, naquele tempo, ainda não podia acumular a cadeira de professor com... Eu trabalhava em hidráulica nos dois, eram matérias afins, mas no Estado Novo não se podia [acumular] nem matéria afim.

A. L. - E aí, em 1939, o senhor foi para o Conselho de Águas e Energia?

M. F. - Não. Fiquei seis anos na Divisão de Águas. Quando criaram o Conselho de Águas e Energia, eu e um outro colega, o Sidero Carneiro de Sousa, fomos requisitados.

A. L. - E que atividade o senhor tinha no Conselho?

M. F. - Primeiro, nós organizamos o Conselho. Naquele tempo, estavam pretendendo regulamentar o Código de Águas, de modo que eu cheguei a fazer um projeto de regulamentação do Livro Primeiro do Código de Águas. O Conselho também opinava em grau de recurso, as disputas com a Divisão de Águas iam parar lá. E tinha diferenças de pontos de vista com a Divisão de Águas. A Divisão de Águas era muito radical.

Aconteceu uma coisa muito complicada, porque o Código de Águas, que é um código, em média, muito bom, teve um defeito: foi feito ao mesmo tempo que o Código de Minas. Então, fizeram uma analogia: a mina era uma riqueza mineral distinta do solo, e o proprietário do solo tinha preferência para usar, mas não tinha o direito de usar, era o governo que autorizava; e a queda d'água era uma propriedade distinta do álveo do rio, o proprietário do rio tinha a preferência, mas não tinha o direito, era o governo que autorizava.

E aí deu uma série de defeitos: em vez de fazerem como objeto principal da energia elétrica o serviço público, como havia no Brasil, já na tradição, serviço público de ferrovias, de portos, de abastecimento de águas e esgoto, fizeram através do bem

público. Então, havia uma diferença conceitual, porque, quando é um serviço público, o concessionário é obrigado a ampliar a instalação para atender à necessidade da zona de que é concessionário, é uma obrigação; mas se é um bem público que ele utiliza, a ampliação da instalação é um benefício, é uma coisa a mais que ele tem. A falha do Código de Águas é que ele diz que quem não entrar no regime do Código de Águas não pode ampliar instalações. Com isso, pararam o Brasil. O pessoal que estava resistindo ao Código de Águas... Ou se fazia usina térmica, porque a usina térmica...

Outra falha de não ter usado os serviços públicos: se tivesse usado os serviços públicos de energia elétrica, tanto fazia o de origem hidráulica como o de energia térmica, seria preciso ter autorização ou concessão, mas, sendo feito assim... Quando o Conselho conseguiu permitir ampliar as instalações, com o Decreto-Lei nº 2.059, a guerra já tinha começado, não se podia obter nada da Europa, só os Estados Unidos forneciam material para o mundo inteiro, e nós não fazíamos nada, nesse tempo, em matéria de... Tanto que, depois, no segundo governo Vargas, eu fui pertencer à Comissão da Indústria de Material Elétrico e consegui fazer a indústria aqui. Mas isso paralisou o Brasil por muito tempo. Foi um negócio muito complicado.

A. L. - Até os anos 50, a maior parte das indústrias usava a lenha como combustível.

M. F. - Bom... coisa pequena. Para coisa grande tinham que usar energia elétrica, mas usavam a carvão.

T. M. - E geradores próprios também, não é?

M. F. - Sim.

A. L. - Durante a guerra, na década de 40, o senhor estava ao mesmo tempo no Dasp, o Departamento Administrativo do Serviço Público...

M. F. - Só no fim, porque eu fui para o Dasp depois de ter largado a Coordenação.

A. L. - Mas o senhor não ficou direto na Coordenação da Mobilização Econômica de 1942 a 1945?

M. F. - Mas eu saí e entrei logo no Dasp. Eu entrei em...

A. L. - ... 1943. O senhor ficou no Dasp de 1943 até 1955.

M. F. - Não, não. Isso está enganado. Eu era da Coordenação ao mesmo tempo que estava no Conselho de Águas e Energia.

A. L. - Ah! A Coordenação foi simultânea ao Conselho de Águas e Energia.

M. F. - Justamente. Eu saí dos dois e fui para o Dasp.

A. L. - Então o Dasp foi posterior à sua atuação na Coordenação. No ano de 1942, o senhor ficou na Coordenação da Mobilização Econômica e no Conselho de Águas e Energia.

M. F. - Mas não foi em 1942. Não sei se está errado no meu currículo, porque deve ter sido de 1939 a 1942.

A. L. - Não. A Coordenação não foi formada em 1942?

M. F. - Não. Foi logo que a guerra começou... Acho que foi antes de a guerra começar.

A. L. - Não, ela está ligada à guerra.



M. F. - Está ligada à guerra, mas foi antes de o Brasil entrar na guerra, porque começou a faltar tudo e foi preciso fazer... um planejamento.<sup>2</sup>

A. L. - E o senhor se lembra quantos anos ficou na Coordenação?

M. F. - Foi um ano e tanto. Deve ter isso no currículo.

A. L. - Não, as informações no currículo...

M. F. - Então está enganado no meu currículo. Às vezes, quando o pessoal datilografava... Na Coordenação, eu fiquei só...

A. L. - ... Um ano, o ano de 1942.

M. F. - Então, eu fiquei o ano todo.

A. L. - De 1942. E dali, em 1943, o senhor passou para o Dasp.

M. F. - Eu sei que larguei um e entrei no outro logo em seguida. Foi no fim do ano, em novembro ou dezembro, que eu entrei para o Dasp.

A. L. - E como foi essa entrada na Coordenação da Mobilização Econômica e, depois, no Dasp? Quem o chamou, quem o convidou?

M. F. - Para a Coordenação, acho que fui indicado pelo Vital,<sup>3</sup> que era o vice-coordenador, e, para o Dasp, o Simões Lopes mandou um lista de cinco nomes...

A. L. - ... Para Vargas.

M. F. - Sim. Eu estava em primeiro lugar, mas havia quatro outros engenheiros, inclusive meu irmão, que era o diretor de Obras da Aeronáutica. Foi engraçado, porque um dos meus primeiros atos na Coordenação da Mobilização Econômica foi parar as obras adiáveis, já que o material era pouco. E a primeira obra que eu parei foi um monumento ao Getúlio. Então, foi um barulho danado contra mim. O ministro do Trabalho tinha recolhido o salário de um dia de todos os empregados do Brasil para fazer um monumento, e ficou bravo comigo.

A. L. - Era o Alexandre Marcondes Filho.

M. F. - Era. Mas eu não liguei, não dei mesmo o material, e o monumento parou. Quando foi a lista dos cinco nomes – foi o Vital quem me contou isso –, Getúlio perguntou a ele: “Conheces esses nomes?” O Vital disse: “Conheço todos eles. O primeiro da lista é o que parou o seu monumento.” E o Getúlio disse: “Então está bom para diretor do Dasp.” [risos]

A. L. - E foi assim que o senhor entrou.

M. F. - Foi.

A. L. - E no Dasp, o senhor ficou uma década, de 1943 a...

M. F. - Não, só fiquei três anos. Eu saí do Dasp fazendo uma representação contra o presidente da República.

A. L. - Já era o Dutra?

M. F. - Não, o Linhares. Foi um barulho tal que o Getúlio escreveu uma carta ao Getúlio<sup>4</sup> elogiando pela atitude que o pessoal tinha tido no Dasp. Porque começaram a

<sup>2</sup> Ver Beatriz M de Souza Wahrlich, *Reforma administrativa da era de Vargas*, Editora da Fundação Getúlio Vargas, p. 594, 607-611 e notas correspondentes.

<sup>3</sup> João Carlos Vital.

fazer uma porção de coisas erradas no governo Linhares e, quando fizeram no meu setor, eu chamei todos os diretores na minha sala e disse: “Vou fazer uma demissão com barulho. Quem quer aderir?” Todos aderiram e mais os chefes de seção. Isso foi num sábado. No domingo, nós redigimos o negócio, e só quem não entrou na história foi o... Porque o Simões Lopes tinha ido com o Getúlio para o Sul, quando o Getúlio foi deposto, e o Moacir Briggs ficou no lugar dele. O Moacir foi o único que não entrou no barulho, e levou a nossa representação ao presidente. Eu disse a ele: “Assim que entregar ao presidente, me telefone.” Quando ele entregou, me telefonou, eu fui na Sala de Imprensa e distribuí a todos os jornalistas. Ora, um negócio distribuído por um diretor do Dasp, ninguém desmentiu, e todos os jornais publicaram.

A. L. - O senhor pedia demissão.

M. F. - Pedia demissão, alegando as coisas erradas que o governo estava fazendo. Aí, além de me darem a demissão, fui suspenso; eu e todos os outros que assinaram fomos suspensos por um mês. Quando o Dutra veio, anulou a punição de todo mundo e me nomeou novamente diretor do Dasp. Fui o único que ele nomeou novamente.

A. L. - E ficou até quando?

M. F. - Fiquei pouco, só uns três meses. Quando Dutra me nomeou, fui a ele dizendo que não queria aceitar, por três motivos: primeiro, porque eu era engenheiro, queria a Divisão de Edifícios Públicos ou a de Organização, mas Divisão de Pessoal não me interessava; segundo, porque ele tinha me nomeado sem me consultar; e terceiro, porque o diretor-geral do Dasp era um mau caráter e eu não queria trabalhar com ele. E o Dutra me respondeu que me nomeou para o Pessoal porque ele ia fazer economia, não iam sair obras, de modo que eu não ia ter nada a que fazer na Divisão de Edifícios Públicos. Onde ele tinha medo que houvesse alguma coisa era na parte de pessoal, e queria botar uma pessoa de confiança. Quanto ao convite, ele pensava que o coronel Coutinho, que me havia indicado, tinha me convidado. E terceiro, quanto ao diretor-geral, ele disse: “Esse vinha do governo Linhares. Eu tive tanto pedido que, para não desgostar ninguém, mantive o que já estava. Mas ele vai ser substituído mais tarde.” Mas o sujeito fez tanta sujeira que eu não agüentei e fui embora.

A. L. - Então, entre 1942 e 1945, o senhor estava em áreas importantíssimas do governo: na Coordenação da Mobilização Econômica, no Dasp, e também teve uma pequena participação na Comissão de Planejamento Econômico, quando estava na Subcomissão de Finanças. Como o senhor foi para essa Comissão de Planejamento Econômico?

M. F. - Acho que foi o Simões Lopes quem me indicou. Eu era uma espécie de representante do Dasp lá.

A. L. - E o senhor assistiu ao debate entre o Roberto Simonsen e o Gudin?

M. F. - Assisti. Brigavam sempre. E, numa dessas, logo depois da reunião, o Simonsen teve um problema cerebral e morreu.

A. L. - Não, ele morreu em 1948.

M. F. - Pois é. Foi morrer mais tarde!?

A. L. - Foi. Foi mais tarde. Talvez ele tenha tido um mal-estar, algum problema inicial.

M. F. - É, mas foi aí que começou.

---

<sup>4</sup> Engano do entrevistado. Provavelmente, Moacir Briggs.

A. L. - Porque eram duas comissões: a Comissão de Planejamento, e havia uma outra comissão.... Em uma estava o Gudin, na outra estava o Roberto Simonsen.

M. F. - Não! Eles eram da mesma comissão que eu. Eram dessa comissão.

A. L. - Os dois estavam na Comissão de Planejamento Econômico?

M. F. - Era o Gudin, o Roberto Simonsen, o Jorge Filipe Kafuri, o general Edmundo de Macedo Soares, o general Canrobert Pereira da Costa, o Valetim Bouças e eu. Éramos sete membros.

A. L. - Quer dizer que o senhor assistia às trocas de documentos do Gudin.

M. F. - Assisti a algumas. Algumas.

A. L. - Bom, além dessas atividades em áreas muito importantes do governo Vargas, que eram, principalmente, a Coordenação da Mobilização Econômica, o Dasp e a Comissão de Planejamento Econômico, o senhor também teve algum trabalho nos institutos de previdência, IAPI e IAPC.

M. F. - Eu só fazia avaliação. Isso era para suplementar o meu orçamento.

A. L. - O senhor também foi fiscal de obras financiadas pelo Banco do Brasil.

M. F. - Também.

A. L. - Eram atividades como engenheiro. Mas o senhor diz no seu currículo que teve uma participação na elaboração da mensagem do presidente Dutra ao Congresso, em 1947. Ainda estava no Dasp?

M. F. - Não, já estava na Fundação.

A. L. - Então vamos para a Fundação. O senhor estava no Dasp, na Coordenação da Mobilização, na Comissão de Planejamento, e ajudou a fundar a Fundação Getulio Vargas, em 1944. Quem fazia parte da comissão organizadora da Fundação Getulio Vargas, da qual o senhor participou?

M. F. - Era uma turma enorme. Em qualquer estatuto da Fundação tem todos os que fizeram parte dessa comissão. Entre eles, estavam todos os diretores do Dasp, na ocasião.

A. L. - Quer dizer, a Fundação nasceu dentro do Dasp.

M. F. - Nasceu dentro do Dasp.

A. L. - E a idéia, ao fundar a Fundação Getulio Vargas, era ter uma organização de estudos?

[FINAL DA FITA 1-A]

M. F. - Não. O começo, a idéia inicial foi por causa de ensino, porque a quantidade de reprovação nos concursos do Dasp era tão grande que revelava que o pessoal era muito mal preparado. Então resolveram... O começo foi mais para ensino. Depois foi que veio a parte para estudos, justamente com a entrada do Gudin. Foi o Gudin quem fez começar toda a parte de pesquisas.

A. L. - Vou dar uma sobrevoada sobre os anos 50 e 60, quando o senhor ainda tinha algumas participações no setor público. Ainda na década de 40, o senhor voltou para a

universidade, não é? Em 1949, fez a sua tese de livre-docência e retornou à vida universitária, ou só fez o concurso e se afastou?

M. F. - Não, não. Eu dei aulas. Era cada turma enorme! Eram turmas de 300!

A. L. - Porque o senhor foi catedrático de hidráulica teórica e aplicada na Escola de Engenharia em 1949 e de 1951 a 1972, e, a partir de 1973, professor emérito da Escola. A metade da década de 40 foi muito importante, porque o senhor estava na organização da Fundação Getúlio Vargas, na Coordenação da Mobilização Econômica e no Dasp. No final da década, o senhor voltou ao magistério, fez um concurso para catedrático e também entrou na Sul América, não é?

M. F. - Sim. Eu entrei na Sul América antes de fazer o concurso. Quando fui convidado para a Sul América, pela segunda vez, porque a primeira vez eu tinha recusado, eu estava fazendo o concurso de docente. E eu disse ao Larragoiti: “Vou terminar o meu concurso e depois volto.” Terminado o concurso, fui lá, e ele me convidou. Queria que eu fosse exclusivo da Sul América. Eu disse: “Não posso. Estou fazendo todo esse esquema para ir para a Escola, quero ser professor da Escola.” Então ele disse: “Está bem, você vai para a Escola também.”

E eu dava... Havia turmas de manhã e de tarde, mas, no primeiro ano, a minha aula era às 7 horas da manhã. Eu era calouro, e calouro fica sempre no pior horário.

A. L. - Bom, voltando à sua atuação no serviço público. Na década de 50, o senhor teve uma participação no BNDE, tanto numa comissão de concurso para engenheiros do BNDE quanto numa comissão que avaliou a Companhia Nacional de Álcalis. Como o senhor foi chamado para assessorar o BNDE?

M. F. - O BNDE... Para essa Comissão da Álcalis, foi o Roberto Campos, que era o presidente...

A. L. - Já no período JK?

M. F. - Sim. Como a Álcalis, a toda hora, pedia mais dinheiro para acabar e não acabava, o Roberto Campos disse: “Vou nomear uma comissão de fora para me dar uma conclusão definitiva sobre a situação da Álcalis.” E nomeou cinco pessoas, das quais...

A. L. - E o senhor chegou a que conclusão?

M. F. - Chegamos à conclusão de que ela ainda precisava, mesmo, de mais dinheiro, mas era o que faltava para acabar. E acabou. Nessa comissão, eram dois da Consultec, eu e o Mário Pinto.

A. L. - Mas a Consultec ainda não tinha sido formada, foi formada depois. Porque essa comissão que avaliou a Companhia Nacional de Álcalis foi em 1957, 1958, e a Consultec foi formada quando o Roberto Campos saiu do BNDE, em 1959. Mas, antes, o senhor também esteve na Comissão Executiva da Indústria de Material Elétrico, no governo Vargas.

M. F. - Era uma comissão que funcionava no gabinete do ministro da Fazenda, com o Horácio Lafer.

A. L. - E o senhor foi chamado justamente por essa sua trajetória no Departamento Nacional da Produção Mineral e no Conselho de Águas.

M. F. - Deve ter sido por causa disso.

A. L. - O senhor se recorda dessa Comissão Executiva? Havia militares, não?

M. F. - Havia. E quem me pôs lá deve ter sido o Carlos Berenhauser Júnior, um coronel do Exército que tinha sido do Conselho de Águas e Energia.

A. L. - Todos esses grupos eram pré-grupos executivos, eram comissões executivas que o Kubitscheck, depois, em seu governo, transformou em grupos executivos. E todas essas comissões executivas tinham militares participando, não?

M. F. - Nem todas.

A. L. - Não sei se eram bons engenheiros, mas, várias vezes...

M. F. - Mas havia bons militares. O Berenhauser, por exemplo, era muito bom, tanto que depois formou uma firma de consultoria.

A. L. - A discussão na Comissão Executiva visava à criação de uma indústria de material elétrico no país, que se formaria depois, com o JK, não é?

M. F. - Sim. Mas se formaria não pela iniciativa do governo. Foi a Mecânica Pesada que começou a produzir material elétrico no Brasil. Era um grupo francês, o grupo Schneider-Coseau [?], que veio para o Brasil. Isso está muito ligado ao problema das companhias de seguro, porque, antes de criarem o BNDE, criaram um fundo de desenvolvimento.

A. L. - O Fundo Nacional de Eletrificação.

M. F. - Sim, e depois criaram o BNDE, para manobrar esse fundo. Quando fizeram o Fundo, o fizeram tendo, inicialmente, como fonte única um adicional sobre o Imposto de Renda. Quando fizeram a segunda lei criando o BNDE para gerenciar o Fundo, com receio de que o adicional ao Imposto de Renda não fosse suficiente, resolveram, se necessário, dizia a lei, recorrer a uma percentagem sobre o aumento das reservas técnicas das companhias de seguros e capitalização, sobre as reservas dos institutos e sobre os depósitos das caixas econômicas.

A. L. - Quer dizer, o sistema previdenciário ajudou a sustentação desse fundo?

M. F. - Não... Ajudou é modo de dizer, porque, quando isso aconteceu, o que fizeram todos os ministros da Fazenda? Fizeram as companhias de seguro e de capitalização recolherem o máximo que a lei exigia, e não pediram nada dos IAPs nem das caixas econômicas. E isso era um grande prejuízo, porque nós comprávamos um título cujo rendimento era 5%, mas só nos entregavam os 5% no fim de cinco anos, de modo que já caía a 4,56%. E, depois, não pagavam em dinheiro, pagavam em títulos que, no fim de cinco anos, já estavam desvalorizados. De modo que, no final, o rendimento era de três e pouco. E ainda tínhamos que cobrir o juro atuarial, que era acima de cinco. Era uma expropriação de juros em cima das companhias.

Então, eu propus que, em vez de as companhias comprarem esses títulos, financiassem diretamente o desenvolvimento econômico. E levei seis ministros da Fazenda para... Também, os ministros, nesse tempo, saíam rapidamente. Eu comecei com o Horácio Lafer. O Horácio Lafer não fez e disse: "Isso vai ser um diálogo entre o governo e a Sul América, porque só a Sul América é que se interessa." Mas, não; quando fizeram o negócio, todo mundo se interessou. Depois veio o Osvaldo Aranha, nos tapeou e não fez nada. Depois, o Gudin. Eu tive até uma encrenca com o Gudin, no começo, porque ele disse: "Flôres, eu tenho coisa muito mais importante do que essa." Eu disse: "Acredito que o senhor tenha, mas, para as companhias de seguros, isso é o que há de mais importante. Se o senhor não tem tempo, nomeie alguém para examinar o assunto!" O Gudin não ligou.

Nós tínhamos uma lei muito antiga, pela qual, se desobedecêssemos a um ministro da Fazenda, a multa era de 1.500 réis; na reincidência, a carta patente era cassada. Eu estava na presidência da Fenaseg, então disse: “Vamos todos desobedecer ao ministro. No primeiro, é multa de 1.500; e, no segundo, ele não vai ter coragem de cassar a carta patente de todo mundo.” [risos] Aí o Gudin me telefonou: “Flôres, você está me criando problema!” Eu disse: “Não, o senhor é que criou o problema. Eu lhe disse para escolher uma pessoa, o senhor não escolheu... tive que fazer isso.” Aí ele disse: “A parte técnica, você resolve com o Jorge Kingston,” – que também era da Fundação Getulio Vargas – “e a parte jurídica, com o João Pedro Gouvêa Vieira.” Os dois foram favoráveis. E o Gudin me escreveu uma carta que, depois, foi utilíssima, porque...

Eu já comecei a investir. E foi graças a isso que a Mecânica Pesada se instalou no Brasil, porque o Schneider queria um sócio aqui, e nós, por conta desse futuro...

A. L. - ... Já pegaram a reserva técnica que ia para o BNDE e colocaram na Mecânica Pesada.

M. F. - Na Mecânica Pesada.

A. L. - Qual era a proporção da Sul América na Mecânica Pesada? Meio a meio?

M. F. - No começo, uns 20%, mas depois foi caindo, caindo... Porque a Mecânica Pesada fazia comportas, geradores de grandes usinas, coisas de longo tempo, e, com a inflação alta, ficava um negócio difícil, custou a dar lucro.

A. L. - Depois, com o JK, vieram os *suppliers credits*, ele pegava muito crédito para trazer material do exterior para a Cemig.

M. F. - Mas isso... só o governo arranjava. Quem não era governo, não...

A. L. - Sim, mas eu digo, para a construção da Cemig, ele usava muito material importado com créditos.

M. F. - É. Mas nós arranjamos, e a Sul América financiou a Mecânica Pesada, de várias maneiras.

A. L. - Essa modificação nas reservas técnicas se fez com o Gudin?

M. F. - Não, não se fez. Ele pediu demissão por causa do café, aí veio...

A. L. - Café Filho, não café produto agrícola.

M. F. - Não! Por causa do café, de divergências no tratamento...

A. L. - Da crise do café!? Não. São Paulo queria o Clemente Mariani fora do Banco do Brasil, ele se recusou a dar o Banco do Brasil e saiu. Ele enfrentou bem a crise do café.

M. F. - Eu sei que ele saiu. Ainda teve mais. Quem veio depois? Ah! Teve o... de São Paulo, ora! Era até segurador também.

A. L. - O Moreira Sales.

M. F. - Não, não.

A. L. - O Moreira Sales foi para o Banco do Brasil no lugar do Clemente.<sup>5</sup>

M. F. - Era... Ora, o de São Paulo, que era banqueiro e segurador. Um nome estrangeiro até...

---

<sup>5</sup> Foi Alcides da Costa Vidigal quem sucedeu a Clemente Mariani, demissionário do Banco do Brasil em abril de 1955.

A. L. - Whitaker.

M. F. - Whitaker! Veio o Whitaker. Depois veio um que estava na Delegacia do Tesouro em Nova York, não me lembro o nome dele, ficou pouco tempo,<sup>6</sup> e, depois, o Alkmin. Estranho como pareça, quem resolveu rapidamente foi o Alkmin. O Alkmin disse para mim: “Você representa o ponto de vista das companhias de seguros. O que o Roberto Campos fizer, eu assino. Vocês se reúnem nesta sala, e o que fizerem, eu assino.” Eu com o Roberto Campos, naquela sala, redigimos o negócio todo...

A. L. - E como ficou, afinal, a questão das reservas técnicas? Deixaram de ser arrecadadas?

M. F. - Ficou facultativo. A companhia tinha o direito de não comprar, mas tinha que aplicar uma quantidade maior, que era o que eu oferecia como vantagem...

A. L. - Aplicar em que setor?

M. F. - Aplicar em desenvolvimento. Nós aplicamos, por exemplo, em ações da Mecânica Pesada, aplicamos em empréstimos à Mecânica Pesada, fizemos um empréstimo hipotecário à Mecânica Pesada...

Na ocasião, eu inventei uma coisa que todo mundo era contra e que, hoje em dia, a lei veio a reconhecer: debêntures convertidas em ações. Fui eu que inventei esse negócio. Porque as empresas, no começo, tinham um período sem dar lucro, e nós precisávamos de receita para a rentabilidade das reservas. Então, eu fazia debêntures. Na fase de formação, as debêntures tinham o juro, depois, eram convertidas em ação. Quando fiz isso, o BNDE disse: “Não pode! A lei não permite.” Eu digo: “E se, em vez de debêntures conversíveis em ações, eu fizer debêntures resgatáveis em ações? O que me impede de resgatar uma debênture com ações?” “Ah! Pode.” “E por que eu vou fazer dois títulos, para substituir um pelo outro, se posso, num só título, fazer as duas coisas?” Aí o BNDE concordou.

Quem implicou, no começo, foi o *Monsieur* Lyon, que era o diretor financeiro do Schneider. Disse para mim: “O senhor inventou uma ação superpreferencial, porque é uma ação que dá remuneração mesmo quando a companhia não está dando lucro.” Ele acabou aceitando, mas bolou uma coisa que, depois, ficou sendo adotada, que foi um prazo para decidir na conversão; se não decidisse naquele prazo, continuava a debênture.

T. M. - Mas o senhor defendeu, em 1963, numa conferência do mercado segurador, uma tese em que voltou a esse problema, porque disse que, superada a primeira posição dos depósitos compulsórios das companhias de seguro em relação ao BNDE e conseguida a possibilidade de as companhias de seguro fazerem investimentos diretos, persistiam os déficits nas carteiras, nas reservas técnicas. Quer dizer, em 1963, essa questão ainda continuava.

M. F. - Não. Porque houve duas coisas que deformaram a minha idéia: uma foi que a minha idéia era de as companhias escolherem os investimentos, e o BNDE mudou, era ele que fazia a lista dos investimentos que nós podíamos fazer, e a maioria era abacaxi.

---

<sup>6</sup> Trata-se de Mário [Leopoldo Pereira da] Câmara, que foi delegado do Tesouro em Nova York por mais de dez anos, a partir de 1942, e subchefe da Casa Civil de Café Filho em 1954. Substituiu José Maria Whitaker na pasta da Fazenda em outubro de 1955, permanecendo no cargo até a posse de JK, em 31 de janeiro de 1956, quando foi substituído por José Maria Alkmin.

T. M. - E qual era a contrapartida de investimento, no caso? Qual era a garantia que a companhia de seguro passava a ter, a partir do momento em que era o BNDE que definia onde podia alocar?

M. F. - Ah, houve problemas sérios! Mas foi justamente aí que eu salvei, com a debênture convertida em ações. Tive caso de companhia entrar em concordata financiada, e que o BNDE nos deu para aplicar. Naquele tempo, debênture era um título hipotecário. Hoje, existem debêntures que não têm garantia hipotecária. Mas tinha. Então, eu não só tinha garantia sobre o ativo da empresa, como também tinha direito de reaver os juros vencidos e vincendos. De modo que salvei, graças à debênture convertida em ações, em casos de empresas insolventes que o banco nos deu para aplicar. Foi isso que atrapalhou todo o esquema.

A. L. - E houve algum momento em que as reservas técnicas deixaram de ser aplicadas em infra-estrutura e no BNDE? Houve um afrouxamento dessa legislação?

M. F. - Não. A legislação tinha um prazo; acabou o prazo, acabou o negócio.

A. L. - E quando isso acabou?

M. F. - A primeira lei tinha um prazo de cinco anos, e a segunda teve um prazo de dez anos.

A. L. - Então, acabou em 1972.

M. F. - É, acabou tudo. Eu ia dizer uma coisa... [*pausa*]

A. L. - Nós falávamos das reservas técnicas, da aplicação em infra-estrutura, e que isso foi se tornando desestimulante.

M. F. - Ah, bom. O que eu ia dizer era o seguinte: eu esperei que passasse o período e acionei o governo. Acionei o governo, alegando três coisas: primeiro, eles tinham feito uma emissão, e eu perguntei quanto tinha sido, nos cinco anos, a arrecadação do adicional do Imposto de Renda. Tinha ultrapassado a emissão. Então, não era necessário. A lei dizia que “se fosse necessário”... Segunda coisa: o Executivo tinha discriminado onde a lei não discriminava, tinha recolhido o máximo dos particulares e zero dos...

A. L. - ... IAPs. E o governo lhe dava esses dados?

M. F. - Deram. Deram, e foi até fácil. E terceira, porque havia uma expropriação de juros: por lei, eu era obrigado a cobrir o juro atuarial, que era cinco e tanto, e eles me faziam aplicar a três. E ganhei a ação contra o BNDE e o...

A. L. - Da Sul América contra o BNDE.

M. F. - Sim. Foi engraçado, porque, no começo, todo mundo entrou. Mas o que o BNDE fazia? Como o BNDE tinha uma porção de concorrências com seguros, que todas as companhias ficavam querendo pegar, ele dizia: “Quem estiver com ação contra o BNDE não pode.” Então, todas foram saindo, inclusive a Sul América de Seguros. Mas, como a minha, a de Capitalização, não tinha nenhum interesse nos seguros do BNDE, continuei até o fim e ganhei.

A. L. - Quer dizer que, antes de 1964, o BNDE fazia esse tipo de chantagem, digamos.

M. F. - Fazia, fazia.



A. L. - Agora vamos continuar na sua vida pública. O senhor também participou do Conselho Superior de Previdência Social, de 1961 a 1963, num momento importantíssimo, em que estava sendo votada no Congresso a Lei de Previdência Social.

M. F. - Mas, nesse período, só tratávamos de casos concretos, não havia nada de...

A. L. - O senhor não esteve envolvido nas negociações no Congresso sobre a Lei de Previdência Social?

M. F. - Não. Mas a Fundação teve uma participação grande na Lei de Previdência, pelo seguinte: quando eu coordenei a mensagem do Dutra, em 1947, o Vital tinha feito antes uma comissão para criar um instituto único, que era a Coisbe.

A. L. - Era um projeto de lei que começou em 1947, para unificar a previdência social.

M. F. - Mas o Dutra acabou com isso. Então, quando o chefe da Casa Civil, que era o Pereira Lira – pai do que foi depois presidente do Banco Central –, me chamou para coordenar a mensagem, disse: “Nós extinguimos a comissão, mas todo o pessoal que estava trabalhando fica à sua disposição. Você tem o pessoal da Fundação, tem o pessoal da Coisbe e tem quem quiser requisitar dos serviços públicos.” Eu só requisitei duas pessoas do serviço público: Otávio Gouveia de Bulhões, ao Ministério da Fazenda, e Richard Lewinsohn, ao Dasp, que foi quem fundou a *Conjuntura Econômica* na Fundação.

A. L. - O senhor requisitou para a Fundação Getulio Vargas.

M. F. - Para a Fundação, porque eu estava fazendo o trabalho. E na Coisbe tinha uma turma do IAPI excelente, então, quando acabou a mensagem, eu requisitei ao Alim Pedro, que era o presidente, e fiquei com alguns na Fundação. Nesse tempo, estava em andamento o projeto da previdência, cujo relator era um indivíduo do Rio Grande do Norte, que, muito mais tarde, foi ministro da Administração – não estou me lembrando o nome –, e nós, na Fundação, fizemos para ele um projeto da previdência. Depois, quando eu já estava na Sul América e na Fenaseg, no tempo do Juscelino, foram mexer novamente com a previdência, eu então chamei a turma toda, aí paga pela Fenaseg, eles fizeram a revisão, fizemos um outro projeto atualizado e apresentamos ao Juscelino. Mas nada disso adiantou.

A. L. - Nesse projeto, contemplava-se a previdência privada?

M. F. - Não. Ainda era dentro da previdência do Estado.

A. L. - Em 1965, no governo Castelo Branco, o senhor coordenou a Comissão Especial de Reforma Administrativa,.

M. F. - Foi a que fez a Lei nº 200.

A. L. - Como foi esse seu trabalho? A Lei nº 200 foi importante para reestruturar todo o setor público.

M. F. - Foi. Essa lei, praticamente fui eu que coordenei, porque o Roberto Campos não tinha tempo.

A. L. - Aqui na Fundação?

M. F. - Não, nos reuníamos no Ministério do Planejamento.

A. L. - Onde ficava o Ministério do Planejamento no Rio? Na própria Fazenda?

M. F. - Era no Ministério da Fazenda. E havia vários civis, todos escolhidos por conhecimento de administração: o Simões Lopes, o Arantes, que foi da Fundação e foi

também diretor-geral do Dasp no tempo do Castelo Branco, havia o Hélio Beltrão, o José Nazaré Teixeira Dias, que também era da Fundação... E eu tinha quatro militares: eram representantes dos três ministérios e um representante do Estado-Maior das Forças Armadas. Como há rodízio no Estado-Maior e naquele tempo era o do Exército, eu tinha dois do Exército, um da Marinha e um da Aeronáutica.

Toda a parte civil ficou pronta, e não se conseguia resolver a parte militar, porque os dois do Exército queriam criar o Ministério da Defesa, e a Marinha e a Aeronáutica eram contra, não queriam ser engolidas pelo Exército. E eu estava amolado, porque já estava com uma parte toda pronta e a outra, parada. Então, fui ao Roberto e disse: “Pergunte ao Castelo se posso mandar a parte civil, que está pronta, até resolver a do Exército.” E o Castelo respondeu: “Ou vem tudo, ou não vem nada.” Ainda tentei, para conciliar, um Ministério da Defesa do estilo francês. Porque o Ministério da Defesa dos Estados Unidos é um ministério executivo, comanda as quatro forças, o Exército, a Marinha, a Aeronáutica e os Fuzileiros – lá, os Fuzileiros são uma coisa separada. Na França, é um ministério de planejamento...

[FINAL DA FITA 1-B]

M. F. - ... não entra na parte executiva.

A. L. - É estratégia.

M. F. - É. Mesmo assim, não consegui. O máximo que consegui foi que se criasse, na época, o Alto Comando. Criou-se o Alto Comando do Estado-Maior das Forças Armadas... uma atenuação da coisa.

Muito mais tarde, propus ao Geisel que se criassem... O pessoal tinha mania de criar ministério da economia, o que eu achava uma bobagem danada, porque já havia oito ministérios da economia, se criasse mais um, seria um nono ministério, que não ia mandar nos outros, só aumentaria mais a confusão. Então, propus que se criassem os vice-presidentes executivos. Porque havia o vice-presidente político, eleito com o presidente, e haveria vice-presidentes nomeados pelo presidente: um coordenaria a parte política, o outro, a parte social, e o outro, a parte militar, então se manteria a integridade de todos os três ministérios. Como já havia o Estado-Maior das Forças Armadas de *status*, propus que se criasse um conselho de desenvolvimento econômico e um conselho de desenvolvimento industrial.

O que fez o Geisel? Não criou os vice-presidentes executivos, mas criou os conselhos...

A. L. - Quer dizer que a idéia do Geisel veio já do Castelo Branco, dessa reforma de 1965?

M. F. - O quê!?

A. L. - Porque o Castelo Branco não criou os conselhos, quem foi criar foi o Geisel.

M. F. - Quem criou foi Geisel.

A. L. - E veio dessa idéia da reforma administrativa?

M. F. - Não. Veio dessa minha idéia de...

[INTERRUPÇÃO DA GRAVAÇÃO]

M. F. - .... E a parte econômica, que o pessoal também vivia querendo mexer, o ministério da economia.

A. L. - O senhor poderia repetir? Que a Lei nº 200...

M. F. - A Lei nº 200 terminou, toda a redação final foi feita pelo Hélio Beltrão comigo. Eu ia de noite em casa dele, tocávamos um pouco de violão e, depois... [risos]

A. L. - ... Pegavam no pesado.

M. F. - ... pegávamos no pesado. Mas essa idéia de ministério da economia vem desde o tempo do Dutra. De vez em quando vem. E a idéia dos vice-presidentes executivos era para resolver o problema do setor econômico, ter uma coordenação sem criar mais nenhum ministério. Reunia todos os ministros no conselho de desenvolvimento econômico, fazia o mesmo para a área social e resolvia o problema das forças armadas, tendo um coordenador, sem mexer nos ministérios. Mas o Geisel fez o negócio pela metade: criou os conselhos sob a sua presidência, nunca reunia, porque ele não tinha tempo, e tudo falhou.

A. L. - Em que essa reforma administrativa teve sucesso?

M. F. - Ela teve vários objetivos. Tinha um estrutural, de refazer a coisa, tinha outro de possibilitar o governo ter técnicos mais bem remunerados... Ela criou essa possibilidade, porque o governo, naquele tempo, pagava muito mal. Não sei se teve prosseguimento nesse aspecto.

A. L. - O senhor também participou do Conselho Monetário Nacional, de 1978 até 1981.

M. F. - Em uma comissão consultiva.

A. L. - O senhor não foi conselheiro, então, foi chamado para uma comissão consultiva.

M. F. - Consultiva do Mercado de Capitais. Eu representava os bancos. E, mais tarde, quando o Conselho Monetário foi criado, ele tinha uma função de planejamento, mas tinha também uma função judicativa: era ele que julgava as questões criadas com o Banco Central. Depois, separaram a parte judicativa e criaram esse conselho, do qual eu fiz parte, Conselho de...

A. L. - Comissão Consultiva do Mercado de Capitais.

M. F. - Não, não. Era um conselho que decidia, substituiu o Conselho Monetário.

A. L. - No seu currículo consta Comissão Consultiva do Mercado de Capitais, de 1978 a 1981. [pausa]

M. F. - Isso foi depois. Era Conselho de Recursos do Sistema Financeiro.

A. L. - Talvez fosse transitório.

M. F. - Não era transitório, é um órgão permanente.

A. L. - Isso foi depois de 1981?

M. F. - Foi. Conselho de Recursos do Sistema Financeiro. Está faltando no meu currículo, talvez tenham pegado alguma edição que não a última.

A. L. - Esse Conselho de Recursos do Sistema Financeiro pertence ao Conselho de...?

M. F. - Não, é autônomo.

A. L. - Diretamente ligado ao ministro da Fazenda, ou ao presidente?

M. F. - Ligado ao ministro. Porque se separou do Conselho Monetário e se reunia no próprio lugar do Conselho Monetário.

T. M. - Mas isso não foi um esvaziamento das funções do Conselho Monetário?

M. F. - Foi! Fizeram de propósito! Era para tirar... Havia muito trabalho nessa parte de julgar briga, em geral, brigas com o Banco Central; quase tudo o que eu julgava lá era briga de banco com o BC. E a maioria que eu relatei, relatei contra o BC.

A. L. - Até quando o senhor ficou nesse conselho? Foi depois da Comissão Consultiva, não?

M. F. - Muito depois. Ah, isso eu preciso recordar.

A. L. - Então, foi na década de 80.

M. F. - Sim. Não sei por que não está no currículo.

A. L. - Tem também uma passagem sua, de 1979 a 1986, pela Comissão Mista Permanente de Política Habitacional, do BNH. Qual foi a sua atividade lá? Foi na parte de seguros?

M. F. - Não, eu representava bancos. Mas, além dos assuntos normais que tínhamos que dar parecer, eu estava sempre na oposição, porque achava que o sistema estava todo errado.

A. L. - Esse era o período Figueiredo, de 1979 a 1986.

M. F. - Sim. Mas eu crítico o BNH desde o começo, desde o tempo do Castelo. E tudo o que eu disse que ia acontecer, aconteceu.

A. L. - Quais eram as críticas que o senhor fazia?

M. F. - Bom, eu dizia – o Roberto Campos não gostava muito – que ele havia nascido com o pecado original, que era o seguinte: os financiamentos eram revistos em um prazo e com um determinado índice, e os salários dos compradores eram revistos em

outro prazo e com outro índice. Então, o que acontecia? No começo, a política salarial adotada pelo governo era uma política bolada pelo Mário Henrique Simonsen, e a renovação do salário ficava acima do pico, porque ele sabia que, no momento em que aumentasse o salário, no dia seguinte começava a cair. Então, já previa uma parte da inflação futura acrescida.

Enquanto isso funcionou, a parte do índice não pegou muito, mas pegava outra: as fontes do BNH eram o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço e as cadernetas de poupança, que eram revistas trimestralmente...

A. L. - ... Com correção monetária.

M. F. - Correção monetária trimestral. Como o assalariado tinha reajustamento anual, acontecia o seguinte: não se podia reajustar a prestação durante o ano, senão estourava com o... Mas se aumentasse a dívida e, portanto, o juro, e não aumentasse a prestação, reduzia-se a amortização. Com isso, quando acabava o prazo, o sujeito ainda devia muito mais! Ainda mais com o sistema Tabela Price. Eu dizia: “A Tabela Price deve ser proibida com inflação acima de determinado valor, conforme o prazo da dívida, porque ela dá juros demais no começo e amortiza muito pouco.” Mostrei todas essas coisas, mas aqueles técnicos do BNH são impermeáveis.

A. L. - Continuou tudo igual.

M. F. - Continuou tudo igual. Depois, eu mostrava aos meus companheiros, no Conselho, e eles concordavam. Mas o Conselho era consultivo, o BNH não tinha obrigação de seguir.

A. L. - No seu currículo consta, sim, Conselho de Recursos do Sistema Financeiro, em 1989. Como o senhor foi convidado para lá?

M. F. - Foi indicação da Federação dos Bancos. Fui indicado pela Fenaban.

A. L. - E, por fim, o senhor foi conselheiro do Conselho Nacional de Seguros Privados, de 1967 a 1969, já no Costa e Silva.

M. F. - Não. Eu comecei com o Castelo e acabei com o Costa e Silva. O Costa e Silva não quis me reconduzir. No tempo do Castelo, fui indicado... acho que pelo Roberto Campos, embora não fosse ministério dele. Acho que foi o Roberto Campos. Quando terminei o mandato, o ministro era o Edmundo de Macedo Soares, que é meu companheiro desde o tempo da Comissão de Planejamento Econômico, e o Macedo Soares propôs a minha recondução. Eu tinha duas coisas a meu favor: uma, que eu era o único conselheiro que não tinha faltado a nenhuma reunião – para isso, subi por duas vezes 19 andares do edifício d’A *Noite*; e a outra coisa era que eu tinha apresentado mais trabalhos do que todos os outros membros somados.

Mas o Costa e Silva, que sabia que eu era um dos indivíduos que tinham feito força para ele não ser o substituto do Castelo – e nós estávamos certíssimos, porque foi graças a ele que a revolução começou a perder prestígio e a fazer bobagem, foi com ele –, negou duas vezes. Quando o Macedo Soares insistiu a terceira vez, ele disse: “Você já viu a ficha dele no SNI?” [*risos*] Aí, o Macedo Soares me avisou, ficou com medo que eu estive com algum problema no SNI. Como eu conhecia todo mundo no SNI, no dia seguinte, estava com a minha ficha. E as duas coisas ruins que havia, para o Costa e Silva, era: “Muito ligado ao governo Castelo Branco e é do grupo da Consultec.”

A. L. - Ligado ao Roberto Campos.

M. F. - E ao Castelo. Porque o Castelo também não queria, foi o Golbery quem fez mais força para o [Costa e Silva] não ser o substituto.

A. L. - E no Conselho Nacional de Seguros Privados, que medidas o senhor sugeriu? O senhor foi o que mais trabalhou. O que sugeriu no Conselho e que gostaria de ressaltar?

M. F. - Entre outras coisas, a Lei de Capitalização, que foi toda feita por mim, e as regulamentações do Decreto-Lei nº 73. Porque nós fomos criados pelo Decreto-Lei nº 73, de modo que não interviemos no decreto, mas tivemos que regulamentar uma série de coisas: seguro obrigatório, responsabilidade civil de veículos automotores, seguro saúde, que deu um trabalho danado... Fez-se muita coisa.

A. L. - Na época em que o senhor estava no Conselho Nacional de Seguros Privados, houve a estatização do acidente do trabalho. Isso repercutiu no Conselho?

M. F. - Bom, isso foi trabalho pessoal do Passarinho.

A. L. - Sim, mas gerou alguma atividade do Conselho, em termos de reação do mercado segurador?

M. F. - Os representantes do mercado segurador eram muito moles lá. Basta dizer que nós, pelo Decreto-Lei nº 73, tínhamos que ser ouvidos sobre os investimentos de cobertura das reservas, mas quem fazia era o Banco Central. Não sei o que deu na cabeça do Thales José de Campos, que foi quem fez o Decreto-Lei nº 73, de pôr no Banco Central. O Banco Central não se preocupa nem um pouco com a estabilidade das companhias de seguro; ele se preocupa em enquadrar os investimentos da política de investimentos do governo.

Quando cheguei na reunião do Conselho, já sabia que eles tinham feito, então, perguntei ao representante do Ministério da Fazenda se o Conselho de Seguros não ia ser ouvido. Ele disse que não. Aí eu disse: “Então feche essa porcaria!” Eu berrei! Disse assim mesmo: “Feche essa porcaria! O que estamos fazendo aqui!? É melhor ir embora para casa!” Aí, o representante do Ministério da Fazenda tocou para lá, viram que estava dando um barulho e mandaram para darmos o parecer. Mas o pessoal não...

T. M. - Mas não fazia parte da prática que ouvissem o Conselho, que tivesse voz ativa na definição dos critérios da aplicação da reserva técnica?

M. F. - Não, não havia ainda a prática, porque estávamos aplicando pela primeira vez o Decreto-Lei nº 73. Se aplicássemos errado, daí por diante, ele ia se aplicar errado. O decreto-lei tinha criado a nova regulamentação e o Conselho. Logo, a primeira vez que se estudou a aplicação da reserva técnica... Estou repetindo o termo reserva, mas, tecnicamente, é errado. São os seguradores que repetem isso errado. Quando saiu a Lei das Sociedades Anônimas, corrigiu-se isso durante um certo tempo. Porque, em técnica de contabilidade, reserva é um fundo que se reparte do lucro da empresa; a reserva sempre sai do lucro da empresa.

T. M. - E não da receita, como foi o caso.

M. F. - Pois é. E a provisão, não, a gente tira como uma despesa, de modo que se tem que fazer uma provisão. Quando a empresa não dá lucro, não pode fazer reserva, mas a provisão, tem que fazer, mesmo que esteja dando prejuízo. Vai aumentar o prejuízo, mas é obrigada. Então, é uma provisão técnica, esse é o termo exato. Mas, no seguro, eles só usam... Durante uns meses, logo depois da Lei das Sociedades Anônimas, começaram a falar certinho, mas voltaram a dizer errado.

T. M. - Nós já ouvimos um leque variado de opiniões a respeito do mercado segurador, e existe um ponto comum: o mercado segurador, no final dos anos 60, estava em crise, estava em grande dificuldade. Mas não há uma opinião, um consenso, sobre a razão dessa crise. Uns dizem que foi o impacto da estatização do seguro de acidente do trabalho, outros, que foi a dificuldade de cobrança, e aí a cobrança bancária veio a facilitar as empresas. Eu queria saber a sua opinião, se essa política de governo na definição dos critérios de aplicação de reservas técnicas, que já vinha desde os anos 50, também não foi um fator que causou impacto no sistema segurador no final dos anos 60?

M. F. - Foi uma das coisas. Nós tínhamos uma luta constante, de um lado, com o pessoal do Ministério do Trabalho, apoiado nos partidos populistas, sobre estatizar os seguros. Porque estatizaram o seguro de acidente do trabalho e já estatizaram um pedaço do seguro obrigatório de automóveis, com o pretexto de que uma parte dos acidentados vai parar nos hospitais da Previdência. E também, a toda hora, nos davam aplicações prejudiciais para fazer, como foi essa, por exemplo, das obrigações de reaparelhamento econômico. Mas tinha outras. Tivemos que contribuir para o seguro agrícola duas vezes. O governo criou a Companhia de Seguro Agrícola, obrigou as companhias a recolherem, mas era o governo que administrava. E administrava mal. A companhia ia à falência, a gente perdia tudo. De modo que era uma luta constante, essa história de...

A. L. - ... Regular a aplicação. Nos Estados Unidos não há regulação?

M. F. - Existe. Existe em todos os países. Mas, de um modo geral, dão as aplicações que se pode fazer e os limites para algumas aplicações. Um caso típico – que, felizmente, acabou – é o seguinte: a aplicação em ações é considerada aplicação perigosa, então, todos os países têm um limite máximo que, quanto mais rigoroso é o país, mais baixo é. Na Alemanha, é de 10%, na França, um pouco mais, na Argentina, 15%... e o Brasil tinha um limite mínimo maior que o limite máximo de todos os países.

T. M. - No sentido de fomentar o mercado de capitais às custas...

M. F. - Pois é. Uma das coisas foi de parar no Banco Central. Porque o Banco Central não está preocupado com a estabilidade, está preocupado com o esquema financeiro do país. Isso de fato deu muita... O que acontecia? As empresas ficavam aplicando em empresas de terceira ordem. Depois que começaram as empresas de previdência privada, a quantidade de... Porque as empresas abertas seguem a mesma legislação das companhias de seguro. Então, todas compravam ação de terceira categoria, ou então inventavam subsidiárias para aplicar em ações.

T. M. - E a alternativa seriam os títulos públicos?

M. F. - Título público é outro abacaxi.

T. M. - Em 1971, foi criado o critério de que o mercado segurador deveria investir em ORTN para fomentar a indústria naval, e o senhor escreve um artigo veemente contra isso. Isso também deu problema?

M. F. - Tudo isso dava problema. Alguns, a gente conseguia derrubar.

A. L. - Quer dizer que, no Conselho, o senhor elaborou a Lei de Capitalização. Depois vamos discutir um pouco mais essa lei, mas agora poderíamos entrar na Sul América, quando o senhor saiu da área pública e entrou para a área privada. Está bom para o senhor?

M. F. - Está bom.

[INTERRUPÇÃO DA GRAVAÇÃO]

A. L. - Então, vamos passar para a sua trajetória no setor de seguros e bancos. Eu gostaria que o senhor começasse a falar da Sul América, como ela se divide, como se estrutura.

M. F. - Bom, ela surgiu porque o avô do Larragoiti e tetravô do atual Patrick Larragoiti era representante da New York Life Insurance, que recolhia os prêmios no Brasil e aplicava nos Estados Unidos. A certa altura, veio uma lei – muito certa – obrigando as companhias de seguros que operavam no Brasil a aplicar todo o dinheiro no Brasil. Aí a New York resolveu ir embora. Quando ela se retirou, o avô do Larragoiti fundou a Sul América, que ainda tem dois vestígios da sua origem: um é se chamar Sul América, quando em português se diz América do Sul. Até hoje a sigla da Sul América é Salic – South America Life Insurance Company. Depois, eles compraram uma outra companhia e a transformaram na Sul América Terrestre, Marítimos e Acidentes – Satma. E, ainda mais tarde, resolveram fazer a firma de capitalização, que é a Sulacap.

A. L. - Quando foi formada a Sulacap? Antes de o senhor entrar?

M. F. - Ah, tudo isso foi fundado antes de eu entrar.

A. L. - Quando o senhor entrou, a Sul América Capitalização já está consolidada.

M. F. - Sim. Eu só sei a data da Sul América Vida, porque ela fez 100 anos o ano passado, foi criada em 1895. Depois criaram também o Banco Hipotecário Lar Brasileiro.

A. L. - De que época é o...?

T. M. - De 1925.

A. L. - Não, quando a Sul América se ligou ao Banco Lar Brasileiro?

M. F. - Também já encontrei feito. Isso tudo eu já encontrei feito.

T. M. - O Banco Hipotecário Lar Brasileiro tinha uma característica especial: era hipotecário. Havia muito poucos bancos autorizados a funcionar como hipotecários. O



Ministério da Fazenda, por exemplo, em 1935, fala que havia oito em todo o país e que muitos deles desviavam de sua função, operando mais como banco de depósito, e não como banco de médio e longo prazos, como deve ser um banco hipotecário. Como era a operação do banco hipotecário? O que o diferenciava dos demais?

M. F. - Na realidade, eles tinham uma carteira comercial, como os bancos comuns, e tinham uma carteira hipotecária. A Sumoc, que já havia naquele tempo e que foi um embrião do Banco Central, era contra os bancos hipotecários, porque achava que a maioria dos haveres que eles tinham era a longo prazo e que eles tinham que atender aos depositantes no curto prazo. O Lar Brasileiro tinha inventado uma emissão de debêntures, justamente para a debênture cobrir a carteira hipotecária e o depósito cobrir a carteira comercial. Mas a Sumoc também era contra a debênture nos bancos, porque o debenturista é um...

[FINAL DA FITA 2-A]

M. F. - ...credor privilegiado, então, se o banco ficasse insolvente, ele teria preferência sobre o depositante, prejudicando o depositando. De modo que a solução que o Lar tinha inventado não resolvia. E aí, toda vez que o Lar pedia uma agência nova, a Sumoc prendia.

A. L. - Não queria que crescesse.

M. F. - É. Mas o diretor-superintendente do Lar era um senador do PSD,<sup>7</sup> que era o partido mais forte da época. Quando chegava um certo tempo, ele se irritava, falava com o ministro – em geral, o ministro da Fazenda era do PSD –, e o ministro dava ordem de soltar todas as agências. Então, foi se criando um ambiente hostil entre a Sumoc e o Lar.

Até que, quando eu fui presidente do Lar pela primeira vez, estava como diretor da Sumoc um indivíduo que tinha sido da Fundação, tinha sido o redator-chefe da *Conjuntura Econômica*, o José Garrido Torres. E o Larragoiti disse: “Veja se resolve esse problema com o Garrido.” Fui falar com o Garrido. O Garrido chamou os inspetores, e os inspetores fizeram toda uma carga em cima do Lar Brasileiro, que o Lar obtinha as agências à revelia da Sumoc... Eu disse: “Só digo uma coisa: eu tenho uma carta patente. São vocês que têm que regular como essa carta patente vai funcionar. Se disserem como eu tenho que funcionar, eu passo a funcionar. Mas precisam dizer. Não dizem nada e combatem!”

Aí eu passei de devedor a credor, comecei a cobrar da Sumoc a regulamentação. E eles não sabiam o que fazer. Escrevi um artigo de como um banco hipotecário podia funcionar com a mesma liquidez que um banco comercial, e mandei o artigo. O diretor do Departamento de Estudos do Banco do Brasil me disse: “Esse é o único estudo que eu conheço, em qualquer língua, sobre isso. Posso publicar na revista do Banco do Brasil?” E eles publicaram. Mesmo assim, não chegaram a fazer. Mas, quando veio a revolução e eu fiz parte da comissão, nós acabamos com os imóveis nos bancos. Os bancos que tinham imóveis que não eram do próprio uso, como o Chase tinha, porque

---

<sup>7</sup> Trata-se de Rui Carneiro, advogado natural da Paraíba, deputado federal (1935-1937) e senador (1951-1977) pelo antigo Partido Social Democrático (PSD) e, posteriormente, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Foi diretor do Banco Lar Brasileiro, onde ingressou em 1948.

nós tínhamos loteamentos ainda de restos mortais do banco hipotecário, criaram uma empresa separada e os transferiram. E acabou o problema.

A. L. - E por que o senhor foi para a área de capitalização, em 1949, quando entrou para a Sul América?

M. F. - Porque tinha havido uma crise e tinham posto para fora o sujeito que dirigia. E eu fui para consertar.

A. L. - Até aí o senhor não conhecia nada de capitalização?

M. F. - Nada.

A. L. - E foi para consertar. [*risos*]

M. F. - Acontece o seguinte: eu entro em todos os lugares sem conhecer os assuntos. Fui ser diretor de capitalização sem nunca ter visto capitalização, fui ser diretor de seguro também, fui diretor de banco... Em um ano eu consertei a Sul América Capitalização! Quando cheguei lá, eles estavam com cerca de terça parte das reservas sem render nada, tinham uma porção de edifícios em construção que não se concluía...

A. L. - Nessa época, tinha havido uma grande alta inflacionária, por causa da guerra. Isso não causou impacto sobre a capitalização?

M. F. - Bom, o problema da capitalização e a inflação é muito sério, porque, quando se calcula a capitalização, calcula-se primeiro a parcela que precisa ser capitalizada para produzir, no prazo determinado, o capital prometido. Isso se chama o prêmio puro. E aí se acrescenta uma sobrecarga – no seguro tem a mesma coisa, chama-se carregamento – para cobrir as despesas administrativas. Com a inflação, logo de saída fica desatualizado. Então, o que acontecia? A maioria das empresas fazia uma coisa, que consideravam uma esperteza, mas que, além de ser uma deslealdade para com os portadores de títulos, foi depois um suicídio para elas: faziam um novo plano, com sobrecarga maior...

T. M. - ... Para compensar.

M. F. - Não. E convenciam... Até que isso não tem importância alguma, fazer um novo plano com sobrecarga maior é legítimo. Mas o que elas faziam... Convenciam o portador que já tinha um valor de resgate no título antigo a trocar pelo novo, então, o portador perdia aquele valor de resgate, começava a contar de novo.

Eu fazia o contrário, aumentava a produção e dizia: “Quero uma rentabilidade que me cubra não só o juro atuarial, como o déficit de sobrecarga.” Então, calculava o déficit de sobrecarga e calculava qual era a aplicação. Era aí que eu fazia muito incorporações. Fazia duas aplicações: incorporação e aplicação em títulos bons, do Banco do Brasil, Vale do Rio Doce, esse tipo de títulos que davam os filhotes, como chamavam naquele tempo. A capitalização, digamos, eu já tinha uma freguesia, tinha indivíduos inscritos para quando comesse uma incorporação. Então, não gastava um tostão de publicidade, não gastava corretagem, porque os sujeitos já vinham comprar diretamente. Minhas incorporações eram baratas e eu tinha, tranqüilamente, um lucro de 40% sobre o capital que havia investido, chegava a ter, mesmo, 50%. Se tenho um juro de 12% sobre o valor de venda e tive um lucro de 50% sobre o capital que investi, esse juro de 12, na

realidade, é 18%. Então, eu conseguia cobrir tudo e mantinha o lucro. E fazia a previsão do balanço com um ano de antecedência. O Larragoiti me perguntava: “Quanto vamos ter o ano que vem?” Eu dizia: “Vamos ter lucro de tanto.” Porque eu fazia tudo a partir do lucro que tinha que dar aos portadores de títulos. Todo o negócio era calculado.

A. L. - A despeito da inflação.

M. F. - A despeito da inflação.

T. M. - Quer dizer, dentro do grupo Sul América, o ramo vida está em declínio e capitalização e seguros gerais, em ascensão.

M. F. - Sim. Bom, na parte de vida, a vida em grupo não está em declínio, até desenvolveu muito. E é um seguro que tem grande liquidez, porque o pagamento é mensal. Desde que seja bem calculado, ele recebe mensalmente a quantia, paga o que tem que pagar, e não tem quase provisão técnica, porque o movimento é mensal. A capitalização, não, tem reservas imensas, porque faz o negócio todo para daqui a dez, 15 anos.

A. L. - E a legislação que regulou a capitalização, antes da década de 60, foi a mesma que regulou bancos e seguros?

M. F. - Antes, havia um decreto do Governo Provisório que regulava a capitalização, dava até os tipos de aplicação de reserva, e era bem razoável, só que não previa a correção monetária. E esse decreto-lei que eu fiz, o nº 291, que regulou a capitalização, fazia remissão ao nº 73, para ficar curtinho, e introduzia a capitalização.

Mas, no começo, eu até fiz títulos de capitalização em que corrigia o capital prometido, sem corrigir o prêmio. E o Roberto Campos e o Dênio Nogueira diziam para mim: “Você vai quebrar.” E eu: “Não vou quebrar.” Aí é o que disse, veja o seguinte: eu faço uma incorporação, ganhando 50%, multiplico por 3,5 não só os juros, como também a correção monetária; corrijo a correção na venda do imóvel, e isso representa uma correção muito maior sobre o capital que eu realmente investi, uma vez e meia maior. E tinha também as ações. Mas as ações complicaram com a Lei das Sociedades Anônimas. A Lei das Sociedades Anônimas, a meu ver, fez uma barbearagem danada na parte de correção monetária.

T. M. - A lei de 1976?

M. F. - É. Porque ela foi feita por dois juristas muito bons, que eram o... Como é mesmo?

A. L. - O Bulhões Pedreira.

M. F. - O José Luís Bulhões Pedreira e o Alfredo Lami. Os dois são muito bons, mas, dessa parte contábil, não entendem nada. Então, chamaram um contador que tinha sido do Price Waterhouse, já estava reformado, um contador que eu conhecia muito, porque fiz, aqui, o Instituto Superior de Estudos Contábeis com o pessoal da Price Waterhouse e da Arthur Anderson. E essa turma entende de contabilidade, mas não entende de seguro.

Então, eu mostrei que ele estava fazendo bobagem. O primeiro erro que fez foi institucionalizar a inflação numa lei de caráter permanente. A inflação é um fato que,

embora o Brasil tenha 300 anos de inflação, não se pode pôr numa lei permanente. Corrige o ativo, corrige o patrimônio líquido. Se um é maior que o outro, cria o lucro inflacionário – o sujeito paga imposto sobre um lucro que não existe –, que é um lucro meramente contábil, ou tem um prejuízo contábil que normalmente não aparece.

A minha solução era muito melhor: eu reavaliava, fazia sobre a avaliação do ativo, de um modo geral. Pode-se ter reavaliação do ativo sem ter inflação. Se houver inflação, pode ser pela inflação, mas, normalmente, pode haver. Agora, esse negócio automático era uma bobagem. Eu criava no passivo uma conta correspondente ao que reajustasse, e essa conta só podia ser transformada em lucro ou capital depois de reduzir, de anular tudo o que tivesse de defeito no balanço. Então, eu já tinha uma arma para sanear o balanço. E, depois, se nessa anulação desse um valor negativo, eu proibia a distribuição de lucro aos acionistas, aos diretores, a todo mundo.

A. L. - Isso no início da sua gestão, ou mais recentemente?

M. F. - Isso foi uma sugestão que eu fiz na época... Fiz antes disso, como projeto de lei, no tempo do João Goulart. Mas não toparam a história. Em consequência, como eles reajustavam o capital da empresa arbitrariamente, corrigiam monetariamente, fizeram as ações novas da empresa de valor zero, porque já reajustavam... É um negócio todo artificial, uma bobajada tremenda. Então, os grupos, como a Sul América, emitiam novas ações, mas era zero. Se queriam fazer juro, uma companhia vendia à outra; era o único jeito de fazer lucro. Criaram uma porção de coisas artificiais, por uma bobagem. E parece incrível que eu fiz um projeto de lei corrigindo isso e não consegui nenhum deputado para apresentar.

A. L. - A que o senhor atribui isso? Desinteresse ou outros interesses?

M. F. - Primeiro, eles não entendem de contabilidade. É uma coisa incrível como esse pessoal não entende de contabilidade! Acho que um administrador que não entende de contabilidade não pode administrar direito.

A. L. - O senhor entrou como diretor da Sul América Capitalização e, já em 1950, tornou-se diretor-superintendente, até 1970. Por que essa ascensão tão rápida?

M. F. - Porque quando eu entrei para diretor, tinha um diretor-superintendente que estava doente e faleceu, e eu passei a diretor-superintendente.

A. L. - O senhor podia contar como entrou para a Sul América? O senhor estava no serviço público, passou por comissões importantes...

M. F. - Não, eu já estava fora do serviço público, estava só na Fundação Getulio Vargas, nessa época.

A. L. - E na faculdade.

M. F. - Não, estava me preparando, mas não era nada; docente livre não é nada enquanto não...

A. L. - E essa sua opção pelo setor privado? O senhor queria, estava procurando, ou foi casual?

M. F. - Não, não procurei. Eu fui procurado pelo Larragoiti.

A. L. - O senhor tinha contatos com a esposa do Larragoiti, não é? Era amiga de família.

M. F. - Bom, e depois fiquei dele também.

A. L. - O senhor entrou na Sul América sem uma preparação no setor privado, quer dizer, ainda não tinha trabalhado no setor privado, ainda não tinha trabalhado com economia, com capitalização, com banco...

M. F. - Eu me lembro que o Gudín e o Guilherme Guinle estranharam muito o Larragoiti ter me convidado. Eu era aqui do Conselho, e eles disseram: “Como o Larragoiti o convidou? Você sempre foi do serviço público!” E eu disse: “Olha, um indivíduo, no serviço público, que trata tudo corretamente, como se fosse dele, não há diferença da administração privada.” Eu tinha feito contabilidade de custos na Divisão de Águas do Ministério da Agricultura e tinha conseguido baratear muito os custos de estudo, o que é mais difícil, custo de medição de rios...

A. L. - Então, o senhor já sabia contabilidade, já conhecia.

M. F. - Bom, eu aprendi, na Escola tem cadeira de contabilidade, mas a contabilidade é muito intuitiva. No Dasp, apliquei muito. Quando eu estava no Dasp, nós fizemos o Plano de Obras e Equipamentos, em que, pela primeira vez, o governo teve o orçamento separado de custeio e de investimentos. Nesse tempo, o Congresso estava fechado, quem fazia o orçamento da União era o Dasp, e quem fazia o orçamento de obras públicas era eu. Então, eu tinha um treino disso.

Quando chegou o primeiro ano do Plano de Obras e Equipamentos, o contador-geral da República fez uma barbeiragem e nós íamos perder todo o dinheiro. Porque tínhamos feito um plano para o que sobrasse no fim do ano ainda poder ser aplicado durante cinco anos e se poder tocar as obras. E eles fizeram uma bobagem: o dinheiro saía para o ministério, dotação tal, quando o diretor requisitava para usar, davam como despesa feita e, no fim, recolhiam o saldo. Quem teve que fazer o esquema contábil para esse dinheiro todo voltar fui eu, mostrar ao contador-geral da República como ele tinha que fazer. Era um sujeito que tinha algum cartaz, embora tivesse sido um jogador de futebol famoso, o Claudionor – jogava no São Cristóvão. [risos]

A. L. - E na Sul América Capitalização, o senhor transformou ou já encontrou a Sul América como a principal no ramo de capitalização no país?

M. F. - Já era a principal.

A. L. - E continuou sempre em primeiro lugar.

M. F. - Sim. Só que nós chegamos a ser a maior do mundo.

A. L. - Maior do mundo!?

M. F. - Sim. Passamos as francesas, que eram maiores que a nossa.

A. L. - E quem era o usuário da capitalização? Quem comprava esses títulos? Era a classe média, a população urbana, todo o Brasil?

M. F. - Tinha o mais variado. Vou dizer o seguinte: havia um sujeito muito conhecido, um sujeito rico, chamado Mário Almeida, a quem a Fundação comprou os dois andares do edifício Darke, e esse Mário Almeida era dos maiores compradores de título de capitalização. Pelo seguinte: ele comprava títulos de prêmio único. O título de prêmio único, o sujeito compra, já tem um valor de resgate. E qualquer comprador de título podia tomar um empréstimo à companhia a 9% ao ano, automaticamente, até 90% do valor de resgate.

A. L. - À companhia Sul América?

M. F. - É, Capitalização. Então, ele comprava, retirava os 90% do valor de resgate a 9% e aplicava a mais. Naquele tempo, já havia pagamento de juro a 12% e, por fora, acima de 12%. Ele fazia isso. Havia também muito comprador de título de capitalização, sujeito de atividade agrícola, de safra. Na época da safra, ele tomava o empréstimo, financiava a safra, depois vendia, pagava o empréstimo à Sul América e continuava com o título.

A. L. - Quer dizer que a Sul América Capitalização tem uma atividade bancária no sentido de também fornecer crédito. É diferente do seguro.

M. F. - Ah, é.

A. L. - É poupança e empréstimo.

M. F. - O título de capitalização tem uma porção de facetas. Ele se calcula exatamente como um seguro de vida individual, em que o sinistro, em vez de ser a morte, é o sorteio, mas o cálculo é igualzinho: o cálculo atuarial é o mesmo, tudo, tudo. Também equivale a uma carteira de poupança programada.

A. L. - É muito paralelo a uma poupança, com sorteio.

M. F. - É. Tem o sorteio, mas tem menor liquidez do que a caderneta de poupança.

A. L. - Mas tem a possibilidade... em vez de risco, do sorteio.

M. F. - E a participação no lucro, que a outra não tem.

A. L. - A capitalização também tinha a participação nos lucros?

M. F. - Só um ano. Quando o título faz uma determinada idade, recebe a participação.

A. L. - Quer dizer que a atividade de capitalização era uma atividade popular. Depois, com a inflação, ela praticamente desaparece, e só retornou mais recentemente.

M. F. - A minha não morreu nunca.

A. L. - O senhor conseguiu, com toda a inflação, manter...? E como fez isso nos anos 50, por exemplo, quando a inflação começou a aumentar? Que recursos o senhor usou?

M. F. - O juro aumentava também. Eu aplicava...

A. L. - Mas havia a Lei da Usura.

M. F. - A Lei da Usura foi logo... Quando se criaram as financeiras, já foi para contornar a Lei da Usura, então, nas financeiras, o indivíduo já obtinha juros muito maiores do que 12%. E a Sul América podia ter isso também.

A. L. - Então o senhor compensava a perda inflacionária pelo juro.

M. F. - Compensava. Quer dizer, o meu objetivo era o seguinte: eu tinha que ter um lucro tal que cobrisse o juro atuarial e o déficit de sobrecarga.

T. M. - O mecanismo de sustentação da capitalização nos anos 40 estava basicamente montado em torno do mercado imobiliário, das incorporações que o senhor fazia...

M. F. - Mercado imobiliário e ações boas.

T. M. - A partir da década de 50, já passou a ser sustentado mais no mercado financeiro, é isso?

M. F. - Sim. Porque o mercado imobiliário sofreu uma certa queda.

T. M. - Especialmente na praça do Rio de Janeiro.

M. F. - É.

A. L. - E como o senhor passou para a Sul América Seguros?

M. F. - Eu passava para as outras quando havia crise. [*risos*]

A. L. - O senhor era bombeiro. Quer dizer que em 1957 houve uma crise na Sul América Terrestre, Marítima e Acidentes.

M. F. - Porque saiu um executivo de lá. O Larragoiti, nesse tempo, viajava demais para fora; ia à Europa, aos Estados Unidos, ficava seis meses fora. Ele era o diretor-superintendente da Satma, a Sul América Terrestre, e, quando saía, deixava um indivíduo que fez tanta bobagem que, uma vez, ele teve que vir correndo. Aí me botou como diretor de lá e, quando ele ia para a Europa, eu o substituía também na Satma.

A. L. - E fo assim que o senhor começou a entrar também na área de seguros?

M. F. - Sim.

A. L. - E aí o senhor foi ser membro do Conselho de Administração, de 1957 a 1978.

M. F. - Nessa ocasião, houve um congresso de seguros em Porto Alegre, e o Larragoiti me disse: “Vá a esse congresso, porque eu vou querer que você seja diretor da... Federação.” Aliás, ainda não havia a Federação, fui ser diretor do sindicato e, depois, da Federação.

A. L. - Aí o senhor fez parte do Conselho de Administração da Sul América, depois foi ser superintendente da Sul Amec Informática e Tecnologia. Que setor era esse?

M. F. - É que, no começo, a parte de informática era separada, então, eu fui presidente da empresa de informática.

A. L. - Em 1964, eram aqueles grandes computadores, o banco de dados, não é?

M. F. - Os mastodontes.

A. L. - E o fato de se chamar Tecnologia já envolvia algum tipo de pesquisa tecnológica ou financiamento à tecnologia? Porque era Sul Amec Informática e Tecnologia.

M. F. - Mas era só no nome.

A. L. - Mas já estava entrando o computador e...

M. F. - Depois, ela foi absorvida pela Satma, que era a que usava mais.

A. L. - O senhor foi também diretor da Sulatec Participações S.A.

M. F. - Bom, essa é empresa *holding*.

A. L. - De que tratava a empresa Sulatec?

M. F. - *Holding* só trata de compra de ação de outros.

A. L. - Isso foi de 1984 a 1992. A Sulatec é formada em 1984?

M. F. - Deve ter sido.

A. L. - Foi idéia do senhor?

M. F. - Não, a idéia foi do Larragoiti, mesmo.

A. L. - Quer dizer, ela é uma *holding* da Sul América.

M. F. - Sim.

A. L. - E compra ações de outras companhias seguradoras. Isso já foi posterior àquela época de fusão, de compras, da década de 70.

M. F. - Mas a Sul América tinha uma rivalidade grande com a Atlântica Boavista, então, elas viviam comprando...

A. L. - ... Pequenas companhias.

M. F. - Sim.

A. L. - Ainda vamos trabalhar sobre isso, porque há uma legislação dos anos 70 que favoreceu a fusão de bancos com seguradoras...

[FINAL DA FITA 2-B]

A. L. - ... e a Atlântica começou a comprar bancos, a Sul América já tinha o Banco Lar Brasileiro, quer dizer, não tinha associações...



M. F. - Mas a Atlântica não comprou banco nenhum!

A. L. - Não, a Atlântica começou a comprar mais companhias de seguro e, depois, foi comprada pelo Bradesco.

M. F. - Não, não foi comprada pelo Bradesco.

A. L. - Não!? Como foi isso? O senhor quer parar aqui, ou conta isso e acabamos?

M. F. - Vou terminar essa idéia. Por mera coincidência, houve um congresso em Manaus, e ficaram hospedados no mesmo lugar o Amador Aguiar, o Leonídio, da Sul América, e o Braguinha, da Atlântica-Boavista. E aí combinaram a associação, depois transformaram aquilo em compras recíprocas de ações. E o Larragoiti perguntou-me se eu queria entrar na capitalização, porque nas outras eu era um dos diretores, tinha que fazer o que a maioria queria, mas na Sul América Capitalização eu tinha voz ativa. E eu me recusei a entrar na sociedade com o Bradesco. Quem ganhou foi o Amador, que era um sabido. O Amador chegava para o Braguinha e propunha, às vezes, uma coisa absurda, que só ele lucrava, e o Braguinha, para agradar, fazia, porque na companhia dele era ele quem decidia. Mas o Leonídio não podia decidir sem ouvir o Conselho de Administração. Chegava no Conselho, todo mundo era contra, mas acabavam cedendo, senão o Braguinha iria ficar em situação de vantagem.

E isso foi andando, assim, cada vez mais errado, até que, a certa altura, foi o Leonídio quem fez uma coisa errada. O Amador Aguiar pediu à Sul América para comprar ações da Brahma, porque o Mário **Slechter** [?], que é um desses indivíduos que fazem jogo de compra de ações, estava comprando as ações da Brahma. Como o grupo que controlava a Brahma tinha só 30%, eles ficaram com medo, falaram com o Amador, e o Amador pediu para a Sul América comprar. O Leonídio, então, começou a comprar ações da Brahma e, quando já tinha comprado 400...

[INTERRUPÇÃO DA GRAVAÇÃO]

M. F. - ... o **Slechter** [?] lhe ofereceu para venda as ações que já havia comprado. O certo era o Leonídio ligar para o Amador e dizer: “Olhe, o **Slechter** [?] me ofereceu, eu compro. Mas, se vocês quiserem, está às ordens.” Mas ele não fez assim; comprou na moita e ficou com mais ações do que o grupo que controlava. Aí o Amador ficou uma fera e quis forçar a expulsão do Leonídio da diretoria.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

M. F. - Antes disso, porém, a Sul América acalmou o negócio, vendendo todas as ações que havia comprado ao grupo que controlava. Parecia que o incidente estava terminado, quando o Amador quis exigir a saída do Leonídio da Sul América. A Beatriz, naturalmente, disse que ele não mandava na Sul América e não poderia impor um diretor. E ele disse: “Eu não me sento mais à mesma mesa com o Leonídio!” – porque ele era do Conselho Diretor. “Então, peço demissão da Sul América!” E ela disse: “E eu peço demissão do Conselho do Bradesco.”

Aí separaram tudo, a Sul América saiu. Foi um trabalho danado, porque tínhamos uma porção de coisas juntos e, na separação, houve coisas que passaram para eles, coisas que passaram para nós... Tínhamos até fazenda e frigorífico no Pará. Tínhamos milhões de coisas juntos! E tivemos de acertar o valor de todas essas coisas. Foi um trabalho desgraçado!

A. L. - Isso foi em que ano, o senhor se recorda?

M. F. - Ah! Eu não...

T. M. - Está no livro, a ruptura entre a Sul América e o Bradesco.

M. F. - Aí ficou o Braguinha com o Amador, e cada um quis passar a perna no outro. O Amador trocando as ações do Braguinha por ações de *holdings*... Ação de *holding* só vale pelo mando que dá, como valor de bolsa não vale nada, e tira o mando. Mas o Braguinha, sabido, o que fez? Antes de fazer isso, fez uma assembléia, na qual ganhou umas partes beneficiárias que ficavam com grande parte do lucro da companhia, [risos] e o Amador não percebeu a história. Mas, quando chegou o fim do ano, a companhia deu lucro e ele viu a parte do lucro que foi para o Braguinha, ficou uma fera! Aí brigou com o Braguinha, selou a sala do Braguinha: “Não entra mais aqui!” Acabou pagando toda a parte do Braguinha, e o Braguinha fez o grupo Icatu.

A. L. - O senhor quer parar agora?

M. F. - Vou parar. Está quase na hora, tenho que...

[FINAL DA FITA 3-A]  
[A FITA 3-B NÃO FOI GRAVADA]

## **2ª Entrevista: 7.1.1997**

A. L. - Estamos começando a segunda entrevista com o dr. Oscar de Mello Flôres no dia 7 de janeiro de 1997. As entrevistadoras são Maria Antonieta Leopoldi e Teresa Marques, e vamos continuar analisando com o dr. Mello Flôres a sua trajetória pelo setor de seguros, em especial, na Sul América Capitalização e no Banco Lar Brasileiro. Vamos retomar esse caminho que o senhor fez pela Sul América Capitalização. O senhor já nos contou como acabou saindo da Fundação Getulio Vargas e se dedicando à Sul América Capitalização, e já começou a falar sobre como encontrou o mercado de seguros em relação à capitalização. Eu gostaria que o senhor discutisse como foi se aproximando do sindicato, como entrou na vida dessas associações representativas, a partir da Sul América, do Sindicato dos Seguradores do Rio de Janeiro, depois na Fenaseg, no Sindicato dos Bancos, em função do Banco Lar Brasileiro.

M. F. - Acho que a aproximação maior se deu quando houve um congresso de seguros em Porto Alegre, em que houve muitos assuntos repartidos. E eu participei muito desse congresso. Foi aí que eu fiquei mais conhecido, porque no começo eu era muito conhecido na parte de capitalização, mas ainda não na de seguro. Logo depois desse congresso, quando houve uma renovação da chapa do sindicato, eu já entrei na chapa.

A. L. - Quer dizer, foi a partir do congresso que o senhor entrou no sindicato.

M. F. - Sim.

A. L. - E o senhor já entrou na diretoria?

M. F. - Já entrei na diretoria.

A. L. - E que atividades o senhor teve no sindicato?

M. F. - Bom, eu fiquei, na maioria do tempo, como vice-presidente. Comecei como simples diretor e depois passei a vice-presidente. E atuava mais... Naquele tempo, era uma luta tremenda. Eu já chamei a atenção da importância que foi o seguro de acidentes do trabalho. Ele praticamente estabeleceu um divisor de águas, porque, a certa altura, o governo resolveu estatizar o seguro de acidentes do trabalho e conseguiu uma lei estabelecendo um prazo para a estatização. Mas as companhias que já operavam conseguiram continuar operando até haver a estatização total. Isso foi prorrogado várias vezes, e essas companhias ficaram, de fato, com uma reserva do mercado, porque só elas podiam, além do governo, trabalhar no seguro de acidentes do trabalho. Nenhuma nova podia entrar nisso.

A. L. - Criou-se até uma certa divisão no mercado das seguradoras, entre as que operavam e as que não operavam.

M. F. - Pois é. Era uma minoria, mas foi uma minoria que cresceu tremendamente.

A. L. - A Internacional, inclusive, era muito forte.

M. F. - Era muito forte, era a segunda. Era a Sul América, depois vinha a Internacional, depois a Atlântica, a Boavista e...

A. L. - A Porto Seguro também.

M. F. - Não. Nesse tempo, não se falava na Porto Seguro, que aliás é uma companhia especializada em automóveis. Mas tinha outras menores, a Fortaleza etc., e, graças a essa reserva de mercado, aconteceu uma coisa estranha no setor de seguros. Em geral, em cada setor econômico, as empresas maiores são as multinacionais e as estatais. Mas, graças a essa reserva de mercado, as maiores empresas não eram nem as multinacionais, que não tinham podido entrar no seguro, nem as estatais: as maiores eram as nacionais. E outra coisa estranha: em geral, as maiores eram as de São Paulo; no caso, as maiores eram as do Rio. Quer dizer, duas anormalidades em relação aos setores econômicos, de um modo geral, no Brasil: empresas nacionais maiores que estatais e multinacionais, e empresas cariocas maiores que paulistas. Mas isso foi uma luta, porque o PTB vivia...

A. L. - ... Tentando estatizar o seguro de acidentes.

M. F. - E foi aí que eu tomei a frente disso, era eu quem lutava em Brasília. Enquanto a capital era no Rio, era fácil, num instante estávamos no Congresso mexendo. Mas, quando houve a mudança da capital para Brasília, tivemos que fazer uma organização em Brasília para acompanhar. Volta e meia tinha...

A. L. - “Nós” é o sindicato ou a Sul América?

M. F. - É o sindicato. Naturalmente, a Sul América tinha uma certa liderança, mas era o sindicato.

A. L. - Quer dizer que a bandeira da sua ação no sindicato foi impedir que o seguro de acidente do trabalho fosse estatizado?

M. F. - A principal, porque naquele tempo era coisa em penca: queriam inventar seguro agrícola, o BNDE avançava nas nossas reservas... Era uma luta danada contra as intervenções do governo nas companhias de seguro.

A. L. - O senhor poderia falar um pouco a respeito dessa ação do BNDE sobre as reservas?

M. F. - Quando criaram o BNDE... Resolveram fazer o que chamaram de reaparelhamento econômico e criaram um adicional ao Imposto de Renda para custear esse reaparelhamento econômico. Depois, fizeram uma segunda lei criando o BNDE para, justamente, supervisionar o desenvolvimento econômico. Quando fizeram a segunda lei, ficaram com receio de que o adicional ao Imposto de Renda não fosse suficiente para cobrir, e inventaram três fontes suplementares, se fosse necessário. Uma delas era até 25% do aumento das provisões técnicas das companhias de seguros e capitalização; outra era uma incidência sobre o aumento das provisões técnicas dos institutos de previdência social; e outra era sobre os depósitos das caixas econômicas.

A. L. - Ou seja, as reservas do BNDE captariam todo o sistema previdenciário, o público e o privado.

M. F. - Sim. Só que isso ficou apenas na idéia. Desde a primeira vez que o ministro da Fazenda regulamentou isso, ele tirou o máximo das companhias de seguro e capitalização, e tirou zero da...

A. L. - ... Seguridade pública.

M. F. - Exato. Zero, zero, vezes zero, nada! Eu esperei correr os cinco anos e obtive o certificado, primeiro, do adicional ao Imposto de Renda, que tinha sido superior ao que era preciso para recolher e fazer o programa de reaparelhamento econômico. Esse foi um dos meus argumentos: não era necessário. O segundo argumento foi que o Executivo tinha distinguido onde a lei não distinguiu: ele fez duas fontes no zero e uma no máximo. E, terceiro, que éramos obrigados por lei a não aplicar abaixo do juro atuarial, e a compra dos bônus de reaparelhamento econômico nos dava um juro abaixo do juro atuarial.

Eu acionei o BNDE e o Tesouro Nacional, e ganhei. Foi uma luta, porque o BNDE, primeiro, não queria, dizia que era segredo bancário. O juiz disse que não tinha nada de segredo bancário, e eu disse: “Eu confio no BNDE; os dados que ele me der, eu aceito.” Com os dados que eles me deram, deu para ganhar a ação.

A. L. - Isso como representante da Sul América, ou do sindicato?

M. F. - Da Sul América. No começo, todos entraram. O que o BNDE fazia? Fazia concorrências de seguro e dizia: “Quem tem ação contra o BNDE não pode concorrer.” Então, as companhias de seguros, todas, acabaram desistindo da ação contra o BNDE.

Mas a Sul América Capitalização, que não se interessava por seguro, continuou com a ação até o fim e ganhou.

A. L. - Então, as bandeiras da sua luta no sindicato foram: o seguro de acidente do trabalho, que o senhor procurava influenciar para que não fosse estatizado; e essas questões das reservas técnicas do BNDE, que o senhor também lutava em função das seguradoras. Em que outro problema o senhor atuou no sindicato?

M. F. - Outro problema que ocorreu duas vezes e que me deu um prejuízo grande: o governo inventou a Companhia de Seguro Agrícola, fazia as companhias subscreverem, mas era ele que administrava. A companhia ia à garra e todos nós tínhamos prejuízo.

A. L. - O senhor até mencionou em um artigo que, por duas vezes, houve subscrição das reservas técnicas.

M. F. - Duas vezes.

A. L. - Que ligação tem essa companhia com o PTB? Nenhuma?

M. F. - Nenhuma.

A. L. - Aí não tinha dedo do PTB.

M. F. - Aí não era do PTB, era o Executivo que resolvia fazer isso.

A. L. - Essa Companhia de Seguro Agrícola foi idéia de Getúlio Vargas?

M. F. - Bom, uma idéia mal executada, a administração foi entregue ao Estado. Só por isso a gente sabia que não ia funcionar.

A. L. - E nunca funcionou?

M. F. - Nunca. Nas duas vezes, não funcionou.

A. L. - Por quê? Foi criada e recriada!?

M. F. - Foi criada, liquidada, depois criaram outra, deu prejuízo, foi liquidada de novo...

A. L. - E o senhor, naquela época, via como viável o seguro agrícola, ou não?

M. F. - Com precauções, seria viável. Mas aqui nunca se tomaram precauções, ficavam sempre sujeitos às influências do clima. Quando ganhavam dinheiro, não faziam irrigação, não faziam nada; depois, vinha a seca e tinham prejuízo. O negócio era muito aleatório.

A. L. - Houve alguma outra campanha que o senhor se recorda ou queira mencionar? O senhor falou em três campanhas suas no sindicato.

M. F. - Nunca havia menos do que 30 projetos de lei atrapalhando a vida das companhias. Quando conseguiram estatizar o seguro de acidentes do trabalho, começaram a querer estatizar um seguro obrigatório de responsabilidade civil dos proprietários de veículos automotores. Já estatizaram uma parte.

A. L. - Mas isso antes de 1964?

M. F. - Não. Porque esse seguro obrigatório foi regulamentado como uma espécie de consolo à...

A. L. - ... Perda do seguro de acidentes do trabalho.

M. F. - Do Trabalho. Eu até fiz parte da comissão do IRB que calculou as primeiras tarifas desse seguro obrigatório.

A. L. - O senhor também, mais ou menos simultaneamente, trabalhou no Banco Lar Brasileiro, dirigiu o Banco Lar Brasileiro, ou estava na vice-direção, não é? Foi diretor-presidente de 1962 a 1973 e também diretor-presidente do Banco de Investimentos Lar Brasileiro, de 1972 a 1982. Foi nessa época que começou a atuar no Sindicato dos Bancos. Como o senhor entrou no Sindicato dos Bancos? Via Sindicato das Seguradoras?

M. F. - Não, acho que foi uma coincidência. Um dia, eu estava em Brasília para tratar de um assunto de seguros, e tinha passado um assunto importantíssimo – que eu não me lembro – para os bancos na Comissão de Finanças. Havia cinco banqueiros que faziam parte da Comissão de Finanças, só um dos cinco compareceu, e eles foram derrotados. Podiam ter ganho facilmente. Eu achei um absurdo! Lembro-me que me encontrei com um banqueiro da Bahia, que depois foi ministro da Fazenda... Qual era o nome dele?

A. L. - Foi ministro depois de 1964?

M. F. - Não, antes.

A. L. - O Clemente Mariani?

M. F. - Não, não. Ele foi do início do Jango, se não me engano. E a desculpa que me deu por não ter comparecido foi: “Não compareci porque pensei que íamos perder de muito.” Eu achei um absurdo! Disse: “Só tem um jeito: apresentar uma emenda em plenário, voltar para as comissões, e vocês criam juízo, comparecem à reunião e ganham.” Eles fizeram isso e ganharam. E eu, que não tinha nada com a história, fui quem orientou.

Logo a seguir, devia mudar o presidente do Sindicato dos Bancos, e me convidam para presidente. Eu atribuí que foi por esse negócio que eu tinha feito pelos bancos...

A. L. - O senhor entrou no Sindicato dos Bancos, na então Guanabara, em 1962. E esse foi um momento muito turbulento, porque foi um momento do Jango. O que o senhor teria a destacar desse período, tirando o Plano Trienal, que vamos explorar daqui a pouco, para o setor de seguros e o setor de bancos? Esse período foi muito marcado por turbulências políticas, e a gente perde a dimensão do que estava acontecendo na economia. Como o senhor caracterizaria esse momento? Foi um momento bom, ruim, para os bancos e seguradoras?

M. F. - Foi um período ruim, inclusive porque o João Goulart intervinha pessoalmente nas greves.

A. L. - E os bancários estavam muito mobilizados.

M. F. - Sim. Eu tive uma greve dos bancários e consegui ganhar na Justiça do Trabalho. Os bancários, então, fizeram uma greve contra a decisão da Justiça do Trabalho, e eu entrei imediatamente com a ilegalidade da greve. Ia ganhar, tranquilo. Mas veja só a complicação que deu. O CGT, que havia naquele tempo, declarou: “Se houver a ilegalidade da greve, vamos fazer uma greve geral em todo o país.” Aí o comandante da 2ª Região, de São Paulo, que era um general muito contra greve, disse: “Se houver greve geral, vou botar o Exército na rua caçando grevista.” Então, o negócio ficou muito pior do que parecia: ameaça de greve geral, ameaça do II Exército caçar grevista na rua...

Aí, o Jango pediu ao ministro da Fazenda para me apanhar em casa, no sábado. O ministro da Fazenda me apanhou e eu fui encontrar o Jango no edifício Chopin, onde ele tinha um apartamento. Eu estava capenga, porque tinha pisado em falso, então, fiquei andando com o Jango de um lado para o outro, os dois capengando, porque o Jango capengava também... Jango, então, me pediu para fazer umas das duas coisas: ou desistir do pedido da ilegalidade da greve, ou permitir que o assunto fosse reexaminado na Justiça. E eu disse: “Não faço nem uma coisa, nem outra, porque, no dia em que eu admitir uma greve contra a decisão da Justiça, nunca mais vai haver uma decisão contra os empregados, eles vão fazer greve sempre; e também, no dia em que eu admitir que se reveja uma decisão já passada em julgado, não haverá mais decisão definitiva! De modo que eu, em defesa da Justiça do Trabalho, não faço nem uma coisa nem outra.” Aí, o Jango disse: “O senhor pense bem e me dê uma resposta amanhã.” Eu disse: “Se o senhor quiser, posso repetir isso amanhã, porque não vou mudar de opinião de hoje para amanhã.”

No dia seguinte, mandei minha resposta pelo ministro da Fazenda: mantinha a minha opinião. No fim do dia, duas pessoas tocaram para mim: o José Luís Magalhães Lins, do Banco Nacional, e o Rui Gomes de Almeida, da Associação Comercial. Os dois me disseram: “Jango vai intervir no seu sindicato. Você está criando problemas para ele, e ele vai intervir.” Segunda-feira de manhã cedinho, quando cheguei no sindicato, tinha jornalista em penca, e eu aproveitei para dar uma entrevista contra o Jango. Disse: “Olha, tem dois sindicatos: um querendo defender a lei e outro querendo tumultuar a lei. Se o Jango interviesse nos dois, já estava andando errado; mas se ele intervém só no que está certo e deixa o outro solto, então isso é subversão partindo do presidente da República. O presidente não merece mais respeito.” Disse assim mesmo. Não gosto de falar para jornalista sem escrever, mas, quando o negócio é para bagunçar, quanto mais...

A. L. - ... Barulho, melhor.

M. F. - ... barulho, melhor. Aí, os conselheiros do Jango o dissuadiram de fazer isso. Tinha um indivíduo que era diretor do Banco da Província do Rio Grande do Sul, que ele tinha escolhido para interventor, e que se recusou também, e tinha um consultor sindical que o desaconselhou a fazer isso. E o que o Jango fez? Mandou-me uma carta me intimando a comparecer no dia seguinte, segunda-feira, ao Palácio das Laranjeiras. Eu apareci de manhã cedinho. Tinha uns bancários numa sala, eu na outra, e quatro ministros de Estado servindo de estafeta entre eles e eu. Um deles era o tal que tinha sido escolhido para interventor – não me lembro o nome dele –, era ministro sem pasta. Ele apareceu com uma pasta grande, e eu mexi com ele: “Você está com a pasta para fingir que é ministro com pasta?” Ele aí abriu a pasta e me mostrou a única coisa que tinha dentro: um revólver Colt-45. E disse: “Nessa época, a gente tem que andar prevenido.”

A. L. - Os tempos eram bem radicais.

M. F. - Eu também andava armado, só que colocava aqui debaixo... E tinha licença, o Lacerda tinha me dado licença de porte de arma, de modo que eu podia andar armado à vontade.

A. L. - Mas o senhor sofria ameaças diretas?

M. F. - Várias, várias! Tive que mudar o meu telefone de tantas ameaças que eles faziam para a minha casa.

A. L. - E o senhor acha que essas ameaças vinham dos bancários?

M. F. - Ah, era. Eles punham o telefone da minha casa nas agências bancárias, para todo mundo tocar. Mas eu consegui com o Galloti, o Galloti mudou o meu telefone de um dia para o outro, ficou secreto, e eles não puderam fazer mais nada.

A. L. - Então, de um lado, os bancos sofriam essa pressão dos bancários e, de outro, sofriam também a pressão da inflação, que estava começando a subir, em 1962, 1963, 1964... Havia outras pressões sobre os banqueiros, sobre os bancos?

M. F. - Não, assim, nada de especial.

A. L. - Eram duas grandes pressões, é claro, inflação e greves. Mas não havia...? Quer dizer, antes do Plano Trienal e a proposta de reforma bancária, eram esses os dois grandes problemas no setor bancário?

M. F. - Mas a qual reforma bancária você está se referindo?

A. L. - A do Plano Trienal. O Celso Furtado fez o Plano Trienal, que foi submetido ao Congresso, e o senhor, certamente, como presidente do Sindicato dos Bancos...

M. F. - A dele nem colou.

A. L. - Não!? Quer dizer, não foi necessário fazer pressão para que...

M. F. - Eu considero o Celso Furtado um economista de terceira categoria. Fui o seu primeiro empregador, quando ele veio da França. Ele trabalhou comigo aqui na Fundação.

A. L. - Na revista.

M. F. - Isso mesmo. No fim da *Conjuntura Econômica*, tinha um setor de conjuntura social que se encheu de esquerdinha. Depois, tivemos que fechar. Mas a reforma mais complicada foi a do San Tiago Dantas, muito mais perigosa. Aliás, o San Tiago Dantas não fez uma reforma perigosa para os bancos, ele entendia do assunto e não fez uma reforma perigosa.

T. M. - Mesmo sem muito estardalhaço, desde o final dos anos 50, dentro da política monetária do governo, já começou a haver uma elevação dos depósitos compulsórios dos bancos. Isso comprometeu a capacidade desses bancos de realizarem operações.



M. F. - Sim.

T. M. - E não era uma pressão que o sistema estava sofrendo?

M. F. - Reduzia as nossas disponibilidades.

A. L. - Isso foi também um elemento pelo qual o senhor batalhou à frente do sindicato, ou não? O compulsório era...?

M. F. - A gente sempre lutava contra essas coisas e, às vezes, conseguia que uma parte pudesse ser absorvida com empréstimos agrícolas – isso a gente fazia.

A. L. - Bom, vimos que, do ponto de vista dos bancos, com o senhor à frente do Sindicato dos Bancos, as principais ameaças eram a greve e a inflação. O senhor não via o Plano Trienal, com a sua proposta de reforma bancária, como uma grande ameaça ao sistema bancário.

M. F. - O Plano Trienal tinha tantos furos, tantos furos que nem colou.

A. L. - E a sua ligação com o Ipês se faz via Sindicato dos Bancos, setor segurador...? Como o senhor começou a atuar no Ipês?<sup>8</sup>

M. F. - Eu fui fundador do Ipês. O Ipês nasceu da seguinte maneira: houve duas reuniões em casa de um advogado, no Leblon, e nomearam um grupo de cinco para estudar – eu fui um dos cinco. Depois, fizemos reuniões, quase todas na Casa de Rui Barbosa, porque eram quatro empresários e o quinto era o diretor da Casa de Rui Barbosa.

A. L. - Quem era naquele momento?

M. F. - Ah, foi há anos e anos....

T. M. - O Jacobina Lacombe?

[FINAL DA FITA 4-A]

A. L. - O senhor falava que as reuniões do Ipês começaram a ser realizadas na Casa de Rui Barbosa, por causa do Américo Jacobina Lacombe, que era um articulador.

M. F. - As reuniões de trabalho. Depois, fizemos uma reunião plenária na Associação Comercial, de madrugada, e, quando a reunião terminou, sem preparo prévio, elegeu-se o presidente. E eu fui eleito presidente do Ipês.

A. L. - O outro era o presidente da Associação Comercial, o Rui...

M. F. - Não, o Rui nem fez parte da diretoria do Ipês. Mas aí o Gilberto Rubem disse: “Flôres, se os cariocas fazem uma organização no Rio presidida por um carioca, os paulistas não entram. Nós precisamos dos paulistas.” Então, reuni a turma toda e disse:

---

<sup>8</sup> Ipês: ver DHBB, v. 2, p. 1.610.

“Eu fico de vice-presidente e proponho que se vá a São Paulo oferecer a presidência a São Paulo.” Fomos cinco a São Paulo, e eles indicaram um presidente ótimo, João Batista Leopoldo Figueiredo, que era primo-irmão do futuro presidente, mas muito superior a ele. Na ocasião, era presidente do Banco Itaú, presidente da Scania Wabis e presidente de uma companhia de navegação. Então, fizemos essa diretoria, metade Rio, metade São Paulo. Nos reuníamos uma vez no Rio, uma vez em São Paulo, e ficamos assim durante algum tempo.

Até que, a certa altura, o Golbery, que estava trabalhando conosco, ficou com receio de que o Brasil se comunizasse legalmente. Ia sair uma série de leis, o Brasil estava se comunizando, e as forças armadas são eminentemente legalistas; se o Brasil se comunizasse por via legal, não haveria oposição. Então, nós traduzimos e publicamos um livro sobre a comunização, por via legal, da Checoslováquia e o resumo dela, e eu larguei a vice-presidência do Ipês e fui comandar a ação em Brasília. Ia toda semana a Brasília.

A. L. - A ação do Ipês.

M. F. - Do Ipês.

A. L. - Qual foi a ação do Ipês junto ao Congresso, junto ao Executivo?

M. F. - Não, aí era junto ao Congresso, mesmo. Nós conseguimos, juntamente com o Ibad,<sup>9</sup> que trabalhava muito conosco, criar a Ação Democrática Parlamentar...<sup>10</sup>

A. L. - ... Para se sobrepor à Frente Nacional...<sup>11</sup>

M. F. - Sim. E acabamos com maioria, tranquilo. Acabamos com maioria.

A. L. - O Ipês foi anterior às eleições de 1962? Porque houve muita crítica à ação do Ibad, que teria arrecadado recursos para financiar as eleições legislativas de 1962 para o Congresso.

M. F. - Olha, nós nunca... Nessa época, não entramos em nada de eleição. Mas o Ipês e o Ibad tiveram origem na mesma coisa. Antes do Ipês e do Ibad havia o Conselho das Classes Produtoras.

A. L. - O Conclap, não é?

M. F. - O Conclap. A maioria do Conclap foi que fundou o Ipês; só o Ivã Hasslocher fundou o Ibad.

A. L. - O senhor mencionou, inclusive, que tinha uma ligação de infância com ele.

M. F. - Não, eu fiquei amigo dele no Conclap. Antes, não o conhecia. Mas fiquei com uma relação muito estreita depois disso. Inclusive, havia uma carta do Hasslocher... Quando eu estava em Brasília, comandava o Ipês e o Ibad.

---

<sup>9</sup> Ibad: ver DHBB, v. 2, p. 1.604.

<sup>10</sup> ADP: ver DHBB, v. 1. p. 12 e v. 2, p. 1.604.

<sup>11</sup> Frente Parlamentar Nacionalista. Ver DHBB, v. 2, p. 1.393.

A. L. - O Ibad era uma instituição muito mais mobilizadora, não? Mobilização de estudantes, mobilização de alguns grupos operários...

M. F. - Inclusive tinha muito mais dinheiro do que nós.

A. L. - E esse dinheiro vinha de contribuições de empresários?

M. F. - O do Ipês vinha, o do Ibad, não sei. Tenho a impressão de que vinham até de fora.

A. L. - Ah, os recursos eram diferentes. O que é esse “de fora”? Setores privados, companhias estrangeiras, ou setor público, CIA?

M. F. - *Qui lo sa?* Eu não sei, nunca soube se era CIA, se era...

A. L. - A Aliança para o Progresso, acho que não, porque essa era oficial, eram verbas com rubricas e alocações específicas.

M. F. - Não, a Aliança para o Progresso era oficial.

A. L. - Só se houvesse desvio. Mas duas fontes mantenedoras eram grandes companhias como a ITT, que financiou muito a campanha anti-Allende, no Chile, ou a CIA, que financiava inúmeras... Naquele momento, vivia-se um auge de guerra fria depois de Cuba, de modo que a CIA estava muito atuante em termos de financiamento, o senhor não se recorda?

M. F. - Não, não. Nunca soube, nunca soube. Eu não entrava na intimidade do Ibad.

A. L. - Agora, o Ipês contava com o dinheiro de companhias estrangeiras localizadas no Brasil, não é?

M. F. - Contava, como o meu banco, o Chase Manhattan, que mandava dinheiro para mim. Mas eram quantias... nada de extraordinário, eram cotas iguais a que todos davam, não eram quantias especiais.

A. L. - E o Ipês era mais um órgão de reflexão, fazia estudos e uma certa pressão no Congresso, atuava com um certo *lobby* no Congresso, não?

M. F. - Bastante.

A. L. - Quer dizer que um braço do Ipês era a Ação Democrática Parlamentar?

M. F. - Era o braço principal. Quando tinha que tomar uma providência, eu chegava lá e procurava três pessoas: uma era o presidente da Ação Democrática Parlamentar, um baiano...

A. L. - Aquele udenista, o....

M. F. - Não, não era. Era o João Mendes, que não tem nada com esse João Mendes de agora, era um João Mendes muito decente. E eu falava com o João Mendes, falava com o Herbert Levy, que era o presidente da UDN, e falava com o Amaral Peixoto, presidente do PSD, partido que, embora teoricamente apoiasse o governo, tinha idéias

muito mais próximas das minhas do que das do Jango. De modo que eu falava com esses três e, depois, tomava as providências.

A. L. - E como atuava esse braço parlamentar do Ipês? Esses parlamentares faziam parte de uma espécie de suprapartido...?

M. F. - Não, tinha gente de todos os partidos.

A. L. - Eu sei, por isso é que eu digo, seria quase que um suprapartido, uma bancada especial, suprapartidária. Como essa bancada atuava? Votava em conjunto, seguia a linha...?

M. F. - Quando ela fechava questão, o pessoal todo votava.

A. L. - E quem era o líder que fazia fechar questão?

M. F. - Era o João Mendes

A. L. - E o João Mendes estava em contato com o senhor.

M. F. - E tinha muito gente boa, como um baiano, esse baiano...

A. L. - Ah, o Antônio Carlos Magalhães! Nessa fase, ele já estava numa posição importante.

M. F. - Estava. O Magalhães ajudava muito. E tinha um outro do Espírito Santo que era muito bom, também.

A. L. - Um que era religioso, que tinha um programa de rádio religioso?

M. F. - Que eu saiba, não.

A. L. - Quer dizer que a sua atuação no Ipês não tinha uma ligação direta com a sua atuação no Sindicato dos Bancos, eram atividades paralelas. Porque foram contemporâneas: o senhor entrou no sindicato em 1962 e, logo em seguida, ou ao mesmo tempo, estava formando o Ipês.

M. F. - Não, não, foi mera coincidência.

A. L. - Mas eram atividades paralelas. Então, poderíamos dizer que no Sindicato dos Bancos o senhor estava preocupado com a questão financeira e, no Ipês, estava com uma preocupação muito mais de grande política, para onde ia a política, para onde ia o regime, não? Agora, vamos falar um pouco do Banco Lar Brasileiro. Ele pertencia a família Larragoiti desde que o senhor entrou.

M. F. - Não, pertencia – aliás, era o mais fechado. Até vender o controle para o Chase, a família Larragoiti tinha 98%.

A. L. - E quando se deu essa venda?

M. F. - Pouco depois de eu ser presidente.

A. L. - Foi o senhor quem conduziu essa venda?

M. F. - Fui eu quem negociou a venda.

A. L. - Quer dizer, o senhor assumiu e negociou a venda. Já havia a intenção de vender, quando o senhor assumiu?

M. F. - Não. O que aconteceu foi o seguinte: acho que já contei que o Larragoiti me pediu para conversar com o Garrido Torres, que era o homem da Sumoc, sobre o Lar Brasileiro. Porque o Lar Brasileiro era muito perseguido pela Sumoc, que era contra banco imobiliário, por achar que ele tinha compromissos de curto prazo e recebimentos de longo prazo, de modo que a liquidez era pequena. Eu procurei o Garrido Torres, que chamou vários dos principais lá da Sumoc, e eles fizeram uma carga danada contra o Lar Brasileiro, dizendo que o Lar Brasileiro vivia **arrijando**\* agências com opinião contrária da Sumoc. A Sumoc dava opinião contrária a qualquer agência do Lar Brasileiro. O Rui Carneiro, que era diretor do Lar Brasileiro e senador do PSD, quando se chateava, ia ao ministro, e o ministro soltava todas as agências que a Sumoc tinha travado.

Então, o ambiente entre a Sumoc e o Lar Brasileiro estava muito ruim, e eu disse a eles: “Escutem uma coisa: vocês têm razão, mas ele também tem razão, porque eu tenho uma carta patente, e vocês só dizem o que eu não devo fazer. Se me disserem como tenho que funcionar com essa carta patente, eu obedeco.” E aí passei de devedor a cobrador. Eu cobrava da Sumoc, e a Sumoc não sabia como havia de... Então, escrevi um artigo mostrando como um banco imobiliário podia funcionar em condições de liquidez equivalentes às de um banco normal. E o diretor de estudos do Banco do Brasil me pediu para publicar o meu artigo na revista do Banco do Brasil. Com isso, o meu artigo foi endossado pelo Banco do Brasil e a Sumoc ficou meio sem argumento.

Mas, quando apliquei as minhas fórmulas ao Lar, fui eu que fiquei assustado! Vi, com as fórmulas que tinha deduzido, que eu estava muito atrapalhado. Eu digo: “Ou arranjo um sócio grande, que entra com dinheiro, ou fico...”

A. L. - Quer dizer, quando o senhor assumiu o banco, não sabia da situação do banco.

M. F. - Não tinha estudado em detalhes.

A. L. - E quando começou a avaliar, sentiu que não...

M. F. - Mas eu senti a solução, dei a solução e saí da situação. O Chase entrou, pegou o controle – nós vendemos 51% e ainda ficamos com 40 e tantos por cento –, aí passou a ser... Quando tínhamos alguma atrapalhação, o Chase fazia um *swap*,<sup>12</sup> vinha dinheiro de fora, aliviava, e fomos assim até normalizar. Porque a transição de um banco imobiliário para um banco comercial não é fácil! Mas nós conseguimos varar direitinho.

T. M. - Então, na transferência do controle para o Chase, houve também uma saída do mercado, o banco, gradualmente, foi deixando de ser um banco hipotecário e buscou ser um banco comercial, um banco de depósitos.

---

\* Nota da edição: embora o verbo arrijar exista, sendo sua forma mais correta enrijar, o sentido de fortalecer que pode daí advir não me parece o mais apropriado para a situação. Checar.

<sup>12</sup> Sobre *swap*, ver *Novo Dicionário de Economia*, Paulo Sandroni, p. 343.

M. F. - Sim. Mas ele só deixou, mesmo, completamente, com a reforma bancária. Porque a reforma bancária proibiu terminantemente, então, o que restava de imóvel, tivemos que transferir para uma empresa imobiliária.

T. M. - Quando o senhor tomou ciência da situação do banco, a razão de ser dessa situação difícil não estaria também nos problemas do mercado imobiliário?

M. F. - Não, não. Naquele tempo, o mercado imobiliário não era complicado. Era falta de liquidez, mesmo. O sujeito emprestava dinheiro a longo prazo, recebia aquilo a longo prazo, tinham depósitos à vista...

A. L. - E a inflação crescendo também... E foram as caixas econômicas que passaram a ter exclusividade no setor imobiliário, antes da criação do BNH?

M. F. - Quais caixas!?

A. L. - As caixas econômicas estaduais. Porque o banco imobiliário foi sendo eliminado. Quem tomou o lugar na construção de imóveis foram as caixas econômicas.

M. F. - Que caixas econômicas?

A. L. - As estaduais, não?

M. F. - Que caixas econômicas?

A. L. - Caixas!

M. F. - Ah, as caixas, estou entendendo! Das caixas econômicas, só havia duas que se salvavam: a do Rio e a de São Paulo. Tanto que tiveram que fundir tudo para salvar as outras. As caixas não faziam nada, só a do Rio e a de São Paulo.

A. L. - Quer dizer, em termos de bancos imobiliários, pode-se falar que era basicamente a Caixa de São Paulo, a Caixa do Rio de Janeiro e o Banco Lar Brasileiro.

M. F. - Só. Tinha uns outros pequenos, mas o Lar Brasileiro era muito maior.

T. M. - Só para reforçar uma questão: os anos 30 e 40 foram um momento de intensa atuação do Banco Lar Brasileiro no mercado imobiliário – os anos 50 também, mas especialmente 30 e 40. Como era a relação do Banco Lar Brasileiro com o mercado imobiliário do Distrito Federal? Em que medida ele participou da incorporação de novas regiões urbanas dentro do Distrito Federal? Zona Norte e Zona Sul?

M. F. - Olha, o Lar Brasileiro não desenvolveu muito. Que eu saiba, só teve um grande loteamento, o resto era incorporação dentro da cidade, mesmo. Ele teve um loteamento grande encostado na área militar.

T. M. - A Sulacap.

M. F. - Não, não! A Sulacap foi bem para cá. Como era o nome? Gericinó! O campo de Gericinó, do Exército, era encostado nessa área. Foi a única área que desenvolveu. A Sulacap teve mais loteamentos que o Chase, que o Lar Brasileiro. Teve o Jardim

Sulacap, em Vila Valqueire, teve também um loteamento grande no Itanhangá... A Sulacap fez vários por lá.

A. L. - O senhor quer falar um pouco da Sulacap, como ela atuou nessa parte imobiliária? Porque isso é uso de reserva, não é?

M. F. - Cobertura de provisão técnica. Aconteceu o seguinte: quando a inflação começou a crescer, a capitalização ficou numa situação meio atrapalhada, porque a capitalização tem uma parte do prêmio que se chama sobrecarga, para cobrir as despesas operacionais, e que logo ficava defasada. Então, o que a maioria das empresas fazia e que era muito incorreto com os portadores de títulos? Chegavam para o sujeito e o convenciam a trocar um plano antigo por um novo. Então, ele, que já tinha um valor de resgate grande, recebia um plano novo com valor de resgate zero. Tinha um prejuízo de saída, ia pagar uma sobrecarga maior! Mas isso não resolvia a longo prazo.

Eu nunca fiz isso. O que eu fazia era o seguinte: aumentava a minha produção e fazia aplicações que me davam um resultado muito alto, então, com esse resultado, cobria o juro atuarial, dava lucro, e cobria o déficit sobrecarga com a minha rentabilidade. Por isso que eu lutava tanto quando o governo queria reduzir a minha rentabilidade: eu precisava dela para cobrir o déficit sobrecarga. Com isso, vareei toda a fase até...

A. L. - E manteve a credibilidade do nome Sul América, porque muitas dessas que agiam assim perderam a credibilidade.

M. F. - Ah é.

A. L. - Bom, além do Lar Brasileiro, o senhor também participou do Crédito Comercial S.A., Sociedade de Crédito e Financiamento, isso já mais para meados da década de 60.

M. F. - Bom, isso foi uma coisa pequena. Eu era muito amigo do Guimarães, do Banco Irmãos Guimarães, e o Crédito Comercial S.A. era dele. E ele pediu para eu ser conselheiro de lá. Como nesse tempo eu ainda não tinha sociedade de financiamento no Lar, nada me impedia de ser, fiquei algum tempo. Por mera coincidência, essa sociedade foi transformada depois em banco de investimento, e foi o banco de investimento que o Lar comprou, muito tempo depois, quando eu já nem era mais de lá.

A. L. - Foi ser a distribuidora de títulos e valores imobiliários do Lar Brasileiro?

M. F. - Não, de todas elas. Eram seis companhias, e eu era presidente de todas elas.

A. L. - Eram pequenas companhias criadas com a reforma financeira?

M. F. - Sim, mas as importantes eram o Banco Comercial e o Banco de Investimento.

A. L. - Bom, então vamos chegar na reforma bancária. Eu imaginava que o senhor tivesse feito uma grande mobilização no Sindicato dos Bancos em função do Plano Trienal, e o senhor disse que o Plano Trienal não mereceu tal mobilização.

M. F. - Não mereceu, não.

A. L. - Então, na verdade, o senhor vai se envolver com a questão da reforma bancária a pedido do Bulhões, não é? O senhor relata, no depoimento que fez à Câmara, que, primeiro, foi chamado pelo Roberto Campos para fazer parte de um grupo de trabalho

que estava discutindo a reforma do sistema financeiro de habitação, que iria culminar na criação do BNH, mas que logo foi redirigido para o grupo de trabalho da reforma bancária, foi isso?

M. F. - Sim.

A. L. - Na verdade, o que senhor está dizendo é que, naquele momento, estava muito próximo do Bulhões e do Roberto Campos, e estava ligado ao grupo do Castelo Branco. É uma trajetória política que o senhor vai começar a traçar dentro do regime militar. O senhor vai ser um homem do castelismo, não?

M. F. - Se bem que a minha ligação com os dois, com o Bulhões e com o Roberto, foi da Fundação.

A. L. - Com o Roberto Campos também?

M. F. - Quando o Núcleo de Economia foi criado, o Gudin era o presidente, e eram os três, Bulhões, Kafka e Roberto Campos, que faziam o Conselho.

A. L. - Então, não foi através deles que o senhor chegou ao Castelo Branco, mas pelo Ipês. Eram vários caminhos até o Castelo Branco.

M. F. - Não. Eu cheguei pelo Ipês. Ao contrário, eu que fui solicitado pelo Golbery para indicar nomes para o governo do Castelo. Botei o Bulhões, botei o Roberto...

A. L. - E depois foi chamado para colaborar com ele.

M. F. - Sim.

A. L. - Então, vamos falar nessa sua atuação na reforma bancária. O senhor disse que a reforma bancária foi feita na sua sala, e foi feita em um mês. Não foi um longo trabalho, foi um trabalho intensivo e rápido.

M. F. - Sim. Na realidade, quem menos entendia de banco era eu. Quem mais entendia era o Orlandy, que tinha sido do Banco do Brasil, depois foi do Banco Português, foi ele quem fez o Unibanco, uniu os bancos do Walter Moreira Sales para fazer o Unibanco, e o Lair Bocaiúva Bessa também tinha sido de vários bancos. Todos eles entendiam muito. Eu tinha uma desvantagem: quando entrava para banco, para seguro, para tudo isso, já entrava como diretor, de modo que não tinha a vivência daquele que foi subindo dentro da atividade, conhecendo todos os detalhes. O meu papel nessa comissão era mais conseguir harmonizar as discussões, porque eles discutiam muito e, em geral, quem chegava a um termo médio, a um lugar comum, era eu. Mas eles entendiam de banco muito mais do que eu.

A. L. - Houve quem dissesse que essa reforma bancária partiu exatamente da proposta de reforma bancária do Plano Trienal, reestudada pelo Dênio Nogueira no Ipês. O Ipês encomendou ao Dênio Nogueira um estudo sobre reforma bancária – esse estudo foi até publicado –, e a comissão teria trabalhado em cima desse primeiro trabalho do Dênio Nogueira.

M. F. - Mas que nada tinha a ver com o Trienal...



A. L. - O problema foi o seguinte: o Ipês estudou o Plano Trienal...

M. F. - ... Para jogar na cesta.

A. L. - Dênio Nogueira foi incumbido pelo Ipês de estudar a proposta do Plano Trienal e colocar uma proposta alternativa. Essa proposta, inclusive, foi publicada pelo Ipês no *Caderno de Reformas*; o Dênio Nogueira ficou com o caderno de reforma bancária. E há quem diga que essa proposta de reforma bancária do Dênio Nogueira teria sido a base das discussões dessa comissão.

M. F. - Não sei se foi. Nós não partimos de nenhum papel.

A. L. - Partiram de idéias?

M. F. - Sim.

A. L. - E a cabeça principal era esse Orlandy?

M. F. - Acho que era, era o que tinha mais vivência. Porque o Dênio fez o Banco Central etc., mas não tinha qualquer prática de banco.

A. L. - O Bulhões também tinha muita informação sobre o funcionamento do sistema financeiro, não?

M. F. - Bom, ele foi diretor da Sumoc.

A. L. - Então, a sua atuação foi mais de administrar as instruções, de conciliar.

M. F. - É, de conciliar.

A. L. - E o senhor tinha um representante do Banco do Brasil, que era o Orlandy... ou não era?

M. F. - Não era representante do Banco do Brasil. Nós o escolhemos pelo conhecimento que ele...

[FINAL DA FITA 4-B]

A. L. - Poderia enumerar de novo os componentes? O Orlandy, que era um conhecedor de bancos....

M. F. - ... O Lair Bessa, presidente da Associação dos Bancos, eu, como presidente do Sindicato dos Bancos, o Hélio Viana, representando a Sumoc,<sup>13</sup> e o Dênio Nogueira,<sup>14</sup> representando o Bulhões.<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> Superintendência da Moeda e do Crédito, criada em 2 fevereiro de 1945, pelo Decreto-lei n° 7.293, com a finalidade de coordenar as políticas monetária e creditícia. Deu origem ao Banco Central, instituído pela Lei n° 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

<sup>14</sup> Dênio Chagas Nogueira, economista, foi redator-chefe da revista *Conjuntura Econômica* em 1953, superintendente da Sumoc entre 1964 e 1965, e presidente do Banco Central de 1965 a 1967.

A. L. - O Bulhões, de vez em quando, freqüentava as reuniões?

M. F. - Não, nenhuma vez. Recebeu o trabalho pronto.

T. M. - Quem, nessa comissão, representava o mercado paulista?

M. F. - Ninguém.

A. L. - E não houve um protesto dos banqueiros paulistas?

M. F. - Não. Os paulistas confiavam na gente.

A. L. - Mas sempre desconfiaram dos cariocas.

M. F. - Nós nunca tivemos qualquer reclamação deles. Nunca tivemos!

T. M. - Então, discutia-se um consenso em relação a que tópicos? Quais eram as questões mais premente do mercado bancário nesse momento?

M. F. - Nós procuramos resolver os problemas que achávamos importantes no momento, que eram a resistência do Banco Central, a inamobilidade dos mandatos do Banco Central, acabar com a parte imobiliária dos bancos... Fizemos uma série de coisas que achávamos importante, mas sem tratar de problemas de [inaudível].

A. L. - Os bancos de investimentos também, a idéia de investimento dos bancos.

M. F. - Não, nós nem entramos... Só o banco comercial.

A. L. - E essa idéia dos bancos de investimento surgiu na Lei de Mercado de Capitais?

M. F. - Era outra lei.

A. L. - Nesse momento não se estava discutindo a formação do mercado de capitais? Só a situação dos bancos?

M. F. - Sim.

A. L. - E aqueles vários congressos dos bancos, dos quais o senhor inclusive participou, desde o final da década de 50, e que caracterizaram também o período do Jango,<sup>16</sup> contribuíram para essa reforma bancária com sugestões? Aproveitou-se alguma coisa desses congressos?

---

<sup>15</sup> Octavio Gouvêa de Bulhões, advogado com especialização em economia em Washington, foi funcionário do Ministério da Fazenda, onde ingressou em 1943. Superintendente da Sumoc em 1954 e 1955, e em 1961 e 1962, foi titular da pasta da Fazenda no período de 1964 a 1967.

<sup>16</sup> João Belchior Marques Goulart, presidente da República entre 1961 e 1964, iniciou a sua carreira política como deputado federal pelo Rio Grande do Sul, na legenda do PTB, em 1951 e 1952-1953. Foi ministro do Trabalho, Indústria e Comércio de 1953 a 1954, quando reelegeu-se deputado federal pelo Rio Grande do Sul. Eleito vice-presidente da República em outubro de 1955 e em outubro de 1959, após a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, assumiu a Presidência, que exerceu até 31 de março de 1964, quando foi deposto pelo golpe militar.

M. F. - Esses congressos recomendam muita coisa e, em geral, se aproveita pouco. O que falta nesses congressos é ter um grupo encarregado de acompanhar as soluções para ver que solução consegue ser vitoriosa.

A. L. - Uma vez apresentado esse projeto de reforma do sistema bancário ao ministro Bulhões, ele encaminhou ao Congresso tal como estava, ou fez restrições?

M. F. - Ele entregou ao líder da maioria.

A. L. - Quem era? Ulisses Guimarães?<sup>17</sup>

M. F. - Nada de Ulisses! Ulisses, não.

A. L. - Mas Ulisses Guimarães teve um papel importante, segundo Dênio Nogueira, na aprovação da reforma bancária no Congresso.

M. F. - Pode ter ajudado lá a ter votação. Eu tenho uma implicância danada com esse Ulisses! Acho um dos sujeitos mais nocivos que o Brasil já teve.

A. L. - Mas era um bom articulador político.

M. F. - Em termos. A votação que ele teve para presidente mostra que estava algo desmoralizado.

A. L. - Ele era um bom articulador dentro do Congresso, como parlamentar. Mas quem era o líder da maioria, o senhor se recorda?

M. F. - Era aquele integralista que foi governador do Estado do Rio... Como se chama?

A. L. - Ah, o Padilha?<sup>18</sup>

M. F. - O Padilha. Era o líder da maioria.

A. L. - E foi ele quem recebeu e encaminhou esse projeto?

M. F. - Foi.

A. L. - E a sua função de articulador no Ipês<sup>19</sup> continuou, ou, nesse momento, o senhor, como presidente do Sindicato dos Bancos, estava mais afastado? Porque antes de 1964,

---

<sup>17</sup> Ulisses Silveira Guimarães, advogado, foi deputado federal por São Paulo, elegendando-se pela primeira vez em 1950 pelo PSD e exercendo sucessivos mandatos até 1961, quando se tornou ministro da Indústria e Comércio. Deixou a pasta em 1962, ano em que se reelegeu deputado federal por São Paulo. Após o movimento militar de 1964, com a extinção dos partidos políticos e a instauração do bipartidarismo, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tornando-se uma das mais expressivas lideranças da oposição ao regime.

<sup>18</sup> Raimundo Delmiriano Padilha foi integrante no movimento integralista na década de 30, tendo participado da conspiração integralista em fevereiro de 1938. Em 1952, elegeu-se deputado federal pelo Rio de Janeiro na legenda da UDN, sendo reeleito sucessivamente e permanecendo na Câmara até 1971. Em outubro de 1970, foi eleito pela Assembléia Legislativa governador do estado do Rio de Janeiro, cargo que ocupou até março de 1975.

<sup>19</sup> Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, organização de empresários do Rio de Janeiro e São Paulo, estruturada no decorrer de 1961 e fundada oficialmente em 2 de fevereiro de 1962, com o objetivo

como representante do Ipês em Brasília, e até do Ibad,<sup>20</sup> o senhor atuava diretamente sobre o Congresso. E nesse momento?

M. F. - Eu tinha que ajudar, porque eles eram muito inexperientes.

A. L. - Então, continuou também atuando no Congresso.

M. F. - Várias coisas eu tinha que ajudar, senão saía bobagem.

A. L. - E quais eram os seus interlocutores no Congresso?

M. F. - Bom, eram os líderes, que, por vezes, eram muito mal informados.

A. L. - O senhor orientava até no encaminhamento do projeto pelas comissões.

M. F. - Lembro-me que, uma vez, eu disse que o projeto do governo ia passar na Comissão de Finanças da Câmara e ia ser derrotado na Comissão de Economia. Eu falei com o Roberto Campos,<sup>21</sup> Roberto tocou para o Padilha, o Padilha estava viajando. Então, ele falou com o vice-líder, o deputado de Minas Gerais, Rondon Pacheco,<sup>22</sup> que era muito mal informado, e o Rondon Pacheco disse: “Quem deu essa informação errada? Vamos ganhar em todas as comissões!” Entrou na Comissão de Economia e foi derrotado. Isso em pleno governo militar.

Aí, houve um certo pânico, e tivemos uma reunião em um domingo, em casa do Roberto Campos. Roberto Campos, Bulhões, Raimundo Padilha, da Câmara, e o líder do Senado, que era o senador pelo Rio Grande do Sul, um dos sobrenomes dele era Sá...<sup>23</sup> E combinamos um negócio que eles descobriram: como ganharam fácil na Comissão de Finanças, achavam que podiam entrar em plenário, e acabaram ganhando por quatro votos em plenário, em uma circunstância estranhíssima.

de defender o princípio da iniciativa privada em meio ao governo João Goulart. Teve papel ativo na preparação do movimento político-militar de março de 1964.

<sup>20</sup> Instituto Brasileiro de Ação Democrática, organização fundada em 1959, com o objetivo de combater a propagação do comunismo no Brasil, tendo sido fechada em finais 1963 por determinação do então presidente da República João Goulart.

<sup>21</sup> Roberto de Oliveira Campos, diplomata e economista, pesidiu o BNDE entre 1958 e 1959, foi embaixador brasileiro nos Estados Unidos entre 1961 e 1964, quando assumiu o Ministério do Planejamento, que deixou em 1967. Foi embaixador na Inglaterra de 1974 a 1982, senador por Mato Grosso na legenda do PDS entre 1983 e 1990, e deputado federal pelo Rio de Janeiro de 1991 a 1998.

<sup>22</sup> Rondon Pacheco, deputado federal pela UDN de Minas Gerais em 1951, exerceu sucessivos mandatos até 1967, quando assumiu a chefia do Gabinete Civil da Presidência da República, que exerceu até 1969. Foi reeleito deputado federal por Minas Gerais na legenda da Arena em 1969 e, indicado para governador pelo então presidente da República Emílio Médici, foi eleito pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais em outubro de 1970, permanecendo no Executivo mineiro até 1975. Retornou à Câmara dos Deputados em 1983, já na legenda do PDS.

<sup>23</sup> Mem de Sá, jornalista gaúcho, participou do levante militar de 1922, da Revolução Constitucionalista de 1932. Em 1954, elegeu-se suplente do senador Armando Câmara, na legenda da Frente Democrática, coligação eleitoral organizada no Rio Grande do Sul pelo PSD, UDN e PL. Em 1962, elegeu-se senador por seu estado, participando da oposição ao governo João Goulart e do movimento político militar de 1964. Em janeiro de 1966, foi nomeado ministro da Justiça pelo presidente Castelo Branco e, em julho do mesmo ano, reassumiu o mandato no Senado, onde permaneceu até o final da legislatura, em 1971. Nesse ano, foi nomeado pelo então presidente Emílio Médici ministro do Tribunal de Contas da União, onde permaneceu até se aposentar, em 1973.

Na antevéspera da votação, fui jantar em casa do Sette Câmara,<sup>24</sup> e estava lá o Vitorino Freire,<sup>25</sup> que disse: “A bancada do Maranhão vai votar contra o governo.” Eu perguntei: “Por que vai fazer isso?” E ele: “Ah, porque o Bulhões mudou o guarda-mor da Alfândega de São Luís.” Eu disse: “Tem coragem de prejudicar o Brasil por uma questiúncula de Maranhão?” Ele respondeu: “Para mim, o Maranhão vem na frente do Brasil.” Aí eu toquei para o Bulhões do escritório do Sette Câmara e disse: “Olha, o Vitorino Freire é PSD e só quer salvar a cara. Dê-lhe uma satisfação, porque ele vai mudar o voto.” Bulhões falou com Vitorino Freire, e Vitorino Freire disse: “Não! Vou votar a favor!” Imagine, ele dizia que tinha 16 votos e não tinha, devia ter uns oito; mas oito mudando de lado equivalem a 16... E o governo ganhou por quatro. Vê como eles eram principiantes.

A. L. - O senhor ajudou na articulação para esses votos saírem.

M. F. - Um mero acaso.

A. L. - E, enquanto isso, o senhor sentia que o setor bancário estava sendo mudado. E o setor de seguros? O senhor já sentia que tinha uma proposta de mudança ou que estava parado?

M. F. - Não. Mudou-se muita coisa de seguro. Eu achava que duas coisas importantíssimas no seguro eram o seguro de saúde, que não existia até então, e o seguro de complementação de aposentadoria, para o sujeito ter uma vida tranquila.

A. L. - A previdência privada, não é?

M. F. - O termo mais geral é complementação de aposentadoria. Se isso não tivesse saído...

A. L. - Mas saiu antes do Decreto n° 73?

M. F. - Não, foi depois.

A. L. - Mas o senhor participou de uma intensa modificação no imediato pós-1964.

M. F. - Mas do 73 eu participei pouco.

A. L. - Mas entre o movimento de 1964 e o Decreto n° 73, as grandes mudanças foram dirigidas para a administração, reformas administrativas, reformas no sistema financeiro de habitação, reformas no sistema bancário... O senhor não se perguntava: e os seguros?

M. F. - Os seguros... Nunca se trabalhou tanto no conceito de seguro, nunca se regulamentou tanto.

---

<sup>24</sup> José Sette Câmara Filho, diplomata mineiro, foi chefe do Gabinete Civil da Presidência da República de 1959 a abril de 1960, quando assumiu o cargo de governador provisório do recém-criado estado da Guanabara. Em dezembro seguinte, transmitiu o governo a Carlos Lacerda, retornando ao Itamarati. Prefeito de Brasília de novembro de 1961 a agosto de 1962, foi então designado chefe da delegação brasileira na ONU, onde permaneceu até março de 1968.

<sup>25</sup> Vitorino de Brito Freire, político pernambucano, participou da Revolução de 1930, foi deputado constituinte pelo Maranhão em 1946, na legenda do PSD, e senador entre 1947 e 1971.

A. L. - Era isso o que eu queria saber. Então, também houve uma intensificação dos trabalhos de seguro antes do Decreto n° 73?

M. F. - Não, o Conselho de Seguros foi criado pelo decreto de setenta...

A. L. - Mas eu estou perguntando sobre o período anterior, de 1964 ao final de 1966, 21 de novembro de 1966, quando saiu o Decreto n° 73. Nesses dois anos houve modificações no setor de seguros, ou não? Porque as reformas eram muito rápidas, como a reforma bancária, que o senhor mencionou, que foi feita em um mês. Então, havia muita coisa mudando. O que estou perguntando é se antes do decreto de 1966 alguma coisa já estava mudando?

M. F. - A diferença que houve foi que a reforma bancária foi entregue à iniciativa privada e o seguro foi entregue ao Thales José de Campos,<sup>26</sup> um burocrata do IRB. Essa foi a diferença: quando se quer andar depressa, entrega-se à iniciativa privada; quando se quer mexer pouco, entrega-se a um burocrata do governo.

A. L. - E por que que as seguradoras não receberam essa incumbência? Por que não foi entregue à iniciativa privada?

M. F. - Eu não sei qual foi o santo que arranjou... O Thales não entrou em revolução, não entrou em nada, não sei por que ele foi premiado com o Instituto de Resseguros. Ele não entendia de seguros...

A. L. - E o senhor, na Sul América, não tentou mobilizar também as seguradoras para participarem dessa...?

M. F. - Não deu tempo. Quando se viu, o Thales já estava funcionando.

A. L. - No entanto, o senhor disse, nessa avaliação que fez na Câmara, que essa reforma de 1966 – da qual o senhor não participou e sobre a qual a iniciativa privada foi consultada, mas não participou, não conduziu, como foi a reforma bancária – foi um divisor de águas. Eu tenho um artigo em que o senhor define o ambiente pré-1964 como de grande instabilidade, diz que a rentabilidade dos investimentos, de cobertura de reservas caía, os déficits de carregamento se ampliavam, as seguradoras estavam descapitalizadas e as novas sociedades no auge da aceleração inflacionária haviam proliferado. Quer dizer, havia um mal-estar no mercado segurador. E aí o senhor diz que 1964 representou um divisor de águas. Então, mesmo a iniciativa privada não participando, acabou sendo uma boa reforma.

M. F. - Foi razoável, razoável.

A. L. - E o senhor não sabe dizer por que a iniciativa privada não participou?

---

<sup>26</sup> Thales José de Campos, advogado goiano, teve a sua trajetória profissional ligada a empresas privadas e públicas. Em 1960, assumiu o a procuradoria da Caixa Econômica Federal de Brasília, tendo participação ativa nas discussões em torno das medidas necessárias à estabilização econômica, como a Resolução n°1 do Banco Central, editada em 1965. Entre 1966 e 1967, foi presidente do Instituto de Resseguros do Brasil, onde coordenou a elaboração do Decreto-lei n° 73, de 21 de novembro de 1966. Em seguida, ocupou diversos cargos em importantes empresas do setor de seguros, como o de diretor financeiro da Sul América Seguros e da Companhia de Seguros Previdência do Sul.

M. F. - Não sei, não.

A. L. - Nesse momento, o senhor estava com um pé nos bancos e outro pé na seguradora.

M. F. - Sim.

A. L. - Será que o pé nos bancos estava mais forte, o senhor estava acompanhando mais a situação dos bancos e menos a das seguradoras?

M. F. - Não. Acho que nos bancos eu tinha mais comando.

A. L. - Porque uma característica do mercado segurador é uma extrema dependência em relação ao Estado. O senhor mencionou várias iniciativas suas de mudar medidas em função ou da Sul América, ou do Sindicato das Seguradoras. Mas as grandes reformas no setor de seguros foram reformas conduzidas pelo Estado e não pela iniciativa privada. O senhor caracterizaria o setor segurador como mais frágil frente ao Estado do que o do bancos?

M. F. - O governo tem mais poder sobre companhias de seguro. O caso da minha ação contra o BNDE, por exemplo: o BNDE tirou todas do circuito, só dizendo que não podiam concorrer a seguro do BNDE, e eu fiquei sozinho. Eles são mais vulneráveis.

A. L. - Bom, depois de 1964 o senhor continuou atuando nos sindicatos e na Fenaseg. O tipo de atuação mudou completamente: a atuação pré-1964 era uma atuação mobilizadora contra o governo, e atuação pós-1964 foi uma atuação junto com o governo, na feitura de reformas, na sugestão de mudanças, não foi isso?

M. F. - Havia muita discussão com o Banco Central. O Banco Central, todo ano, fazia um ato estabelecendo em que se podia aplicar os investimentos das coberturas das provisões técnicas, e era aí que eu discutia muito com eles.

A. L. - Isso durante o período do Castelo,<sup>27</sup> ou sempre?

M. F. - Sempre. No governo militar, de um modo geral.

A. L. - Quer dizer, o senhor, quase se especializou nessas coberturas de provisões, não é?

M. F. - É.

T. M. - Mas no segundo semestre de 1967 o senhor deixou os cargos na Fenaseg. O senhor participava do Conselho de Representantes, era também vice-presidente da Federação, e renunciou a esses cargos, primeiro, em agosto, logo em seguida, em setembro. Que conjuntura o motivou a tomar essa decisão?

---

<sup>27</sup> Humberto de Alencar Castelo Branco, militar cearense, participou a campanha da FEB, na Itália durante a II Guerra Mundial. Foi comandante do IV Exército entre 1962 e 1963 e chefe do Estado-Maior do Exército de 1963 a 1964, quando participou do movimento político-militar que depôs o presidente João goulart. No dia 11 de abril de 1964, concorreu no Congresso como candidato único a presidente da República, assumindo o cargo no dia 15 seguinte, exercendo-o até 15 de março de 1967.

M. F. - Foi justamente quando houve a estatização do seguro de acidentes de trabalho. Como a maioria das companhias de seguro não tinha seguro de acidentes, ainda ficaram muito satisfeitas com a estatização, e aí eu larguei a direção.

A. L. - Então ocorreu uma ruptura dentro da Fenaseg?

M. F. - Só minha com os outros.

A. L. - Mas o Celso da Rocha Miranda também ficou muito descontente com essa medida.

M. F. - Sim, mas ele não tinha nenhum lugar na Fenaseg.

A. L. - Mas, de qualquer forma, era uma grande seguradora junto com a Sul América. A Atlântica Boavista também era importante na...?

M. F. - Era. Eram duas nesse tempo: a a Boavista, do Roberto Boavista, e a Atlântica, do Braguinha e do Ricardo Xavier da Silveira.

A. L. - E elas também atuavam no seguro de acidentes de trabalho? Porque, na verdade essa medida foi um golpe contra as grandes empresas, e as médias e pequenas ficaram muito felizes de verem as grandes atingidas.

M. F. - E aconteceu o que eu disse a elas que ia acontecer. Nós, que tínhamos toda a organização voltada para o seguro de acidentes, com essa organização praticamente paralisada, jogamos no seguro de responsabilidade civil, e praticamente ficamos com o monopólio, de fato, do seguro de responsabilidade civil. Eles ganharam e não levaram. Não estavam aparelhados para nada, e nós aproveitamos a nossa organização.

A. L. - O vazio deixado pelo seguro de acidentes foi ocupado pela responsabilidade civil.

M. F. - Sim.

A. L. - Foi quando começou a responsabilidade civil no país?

M. F. - Sim, e outros seguros obrigatórios. Foram criados vários seguros obrigatórios, mas esse foi o mais importante.

A. L. - E a questão da saúde e a previdência privada que o senhor em 1964 já a via como uma necessidade, como começou a aparecer definitivamente nessas grandes companhias?

M. F. - Ah, isso ainda demorou. Porque havia muita sabotagem, inclusive, o ministro da Saúde do Costa e Silva, aquele da Casa de Saúde Eiras, que era interessado, procurou atrapalhar o máximo possível. Ele chegou a pedir vistas do processo e a mandar o representante pedir vistas, quando não podia pedir mais, pelo regulamento do Conselho. Eu fiz um barulho no Conselho, mas não adiantou nada, tinha vários ministros votando junto, representantes de ministro...

A. L. - A sua entrada no Conselho Nacional de Seguros Privados e Capitalização se deu desde o início da formação do Conselho, não?



M. F. - Eu entrei um pouco defasado, eles já estavam funcionando quando eu entrei.

A. L. - O Decreto nº 73 é do final de 1966, o senhor entrou em 1967. O que teria a falar desse seu período como conselheiro? Ainda não temos depoimentos de conselheiros, então, o seu depoimento seria muito ilustrativo de como estava a situação do Conselho. Era atuante? Nesse momento em que houve grande reformulação no setor de seguros, era muito trabalho?

M. F. - Eu sei que, no período em que funcionei, fui o único conselheiro que não faltou a nenhuma reunião, e apresentei mais trabalhos ao Conselho dos que todos os outros colegas somados. Mesmo assim, Costa e Silva não quis me reconduzir.

A. L. - O seu período foi de 1967 a 1969, então, na verdade, nem foi o Costa e Silva, porque quando o senhor saiu ele já havia tido aquele problema de saúde e quem estava no governo era a Junta Militar.

M. F. - Não era, não.

P: Não? Em que época de 1969 foi isso? Porque o acidente do Costa e Silva acho que foi em agosto. Então, foi antes?

M. F. - Foi antes disso. Quando o Costa e Silva disse isso ao Edmundo de Macedo Soares, o Edmundo de Macedo Soares me telefonou e disse: “Costa e Silva disse para eu ver a sua ficha no SNI. Fui ver a sua ficha no SNI e não tinha nada de mal, de ruim.” Mas o Costa e Silva estava na presidência.

A. L. - Então, acabou o seu mandato o senhor foi afastado?

M. F. - Sim.

A. L. - E durante esse mandato, o que houve de mais representativo no seu trabalho ou no trabalho do Conselho? Se o senhor fez mais trabalhos do que todos os conselheiros juntos, pode-se concluir que o Conselho era um pouco inoperante, não?

M. F. - Sim, porque eram 15 membros, seis representantes da iniciativa privada e nove do governo. Havia três seguradores e três...

A. L. - O general Edmundo de Macedo Soares, a que o senhor se referiu...

M. F. - Só que ele nunca apareceu lá. O Luna comparecia sempre. Os representantes variavam um pouco.

A. L. - Eram suplentes, talvez, não?

M. F. - Do IRB, mais de um: o Carlos Eduardo Camargo Aranha...<sup>28</sup> Mas sempre que eu estava lá era o Thales.

A. L. - O Thales ficou até 1967, quando entrou o Cory Porto Fernandes,<sup>29</sup> e depois houve uma modificação, no final de 1968, entrando o Carlos Eduardo Camargo Aranha.

---

<sup>28</sup> Carlos Eduardo Camargo Aranha advogado paulista nascido em 1920, foi presidente do Instituto de Resseguros do Brasil entre setembro de 1968 e novembro de 1969.

M. F. - Ah bom, então o Thales era antigo...

A. L. - O Thales foi mais marcante nessa reestruturação do setor. Depois entrou o Cory Fernandes, que era uma pessoa mais ligada a agricultura, não era do mercado de seguros.

M. F. - Do Incra.

T. M. - Pelo que pudemos levantar, havia duas frentes de batalha dentro do Conselho Nacional em que o senhor atuava de forma mais intensa: uma em relação às provisões técnicas – a Resolução 92 do Banco Central – e outra, a questão do co-seguro – houve uma proposta de criação de uma câmara de compensação do co-seguro que o Conselho rejeitou. Em relação ao co-seguro, como o senhor via, naquele momento, a potencialidade desse tipo de operação no mercado?

M. F. - Eu não estou me lembrando direito o que foi rejeitado lá.

T. M. - Uma proposta de criação de uma câmara de compensação de co-seguro, vinda de uma empresa recentemente formada na época, chamada Delphos Serviços Técnicos. Enfim, era uma tentativa de criar uma instância de articulação do co-seguro dentro do mercado, e um ano depois o co-seguro do Decreto nº 3.172 seria revogado sem discussão. O que se discutia dentro do Conselho era que o co-seguro levava a uma inércia dentro do mercado e muitas empresas pequenas acabavam se beneficiando sem terem uma participação ativa. O senhor teve um papel decisivo na formulação dessa doutrina?

M. F. - Eu não estou me lembrando dessa parte. Será que foi no meu tempo?

A. L. - Sim, porque essa informação vem do *Boletim Informativo* de fevereiro de 1969, dizendo que a Comissão Consultiva recomendou ao Conselho ser conveniente considerarem inoportuno o co-seguro obrigatório, bem como regular o co-seguro. Alegavam que o co-seguro obrigatório estimulava a inércia de empresas que não eram responsáveis pela captação do cliente e acabavam por se beneficiar com a repartição da conta. Isso esteve em pauta no Conselho, o senhor não se lembra?

M. F. - Não me lembro, não. Está me dando um branco...

T. M. - E a Resolução 92 do Banco Central?

M. F. - Sobre?

T. M. - Sobre provisões técnicas, aquela que o senhor disse que firmou posição que o Conselho deveria ser ouvido e, afinal de contas, teve voz ativa.

M. F. - Bom, eu perguntei se não íamos ser ouvidos, o representante do ministro da Fazenda disse que não, e a frase que eu usei foi essa: “Então fechem essa porcaria! Se temos uma atribuição para não ser cumprida, é melhor ir embora mais rápido.”

---

<sup>29</sup> Cory Porto Fernandes, advogado e pecuarista, nascido no interior do estado de São Paulo em 1921, foi presidente do Instituto de Resseguros do Brasil de maio de 1967 a março de 1968.

## [FINAL DA FITA 5-A]

M. F. - Dali por diante, acabamos sendo ouvidos sempre.

A. L. - E também na Resolução 92, em relação à aplicação das reservas técnicas?

M. F. - Sim.

A. L. - Isso para o senhor era um problema fundamental.

M. F. - Era importante, porque eu tinha receio que o Banco Central, regulamentando a cobertura de reservas técnicas, se interessasse mais pela política econômico-financeira do governo do que pela estabilidade econômica das empresas, e o objetivo principal era garantir a estabilidade econômico-financeira das empresas. Agora, se podia servir para uma política econômica era outra coisa, mas nas mãos do Banco Central deformava.

A. L. - E a tendência, no caso, era captar, como se faziam com os bancos, uma espécie de compulsório de reservas técnicas?

M. F. - Não, não, era fazer o que interessava a eles na área. Não se incomodavam se a aplicação fosse boa ou ruim, interessava ao governo que se aplicasse isso...

A. L. - Quem criar um mercado de capitais, dirige a reserva; se quebrar...

M. F. - Aliás, um especialista nessas coisas era o Bulhões. Era completamente deformado em matéria de cobertura de provisões técnicas.

A. L. - E o senhor ficava ali tomando conta. O *Boletim Informativo* do Conselho também informava, em 1968, quando o senhor estava lá, que a plenária do Conselho havia deliberado pela constituição da Sasse, a Companhia Nacional de Seguros Gerais.

M. F. - Bom, isso tinha que ser, porque a lei, antigamente, tinha uma série de entidades funcionando em seguro sem ter forma de companhia de seguro, e a lei obrigou que elas se transformassem em companhias de seguro. Isso era um imperativo da lei, aquelas organizações que estavam funcionando de uma maneira esquisita tinham que se transformar em companhias de seguro para continuar a operar em seguro.

A. L. - E a Sasse já surgiu unida à Caixa Econômica. A criação da Sasse foi simultânea à unificação das Caixas.

M. F. - Acho que foi independente, mas a Sasse era uma sociedade dos funcionários de lá.

A. L. - Também consta que, na época, o senhor tinha uma proposta de instituir a correção monetária no caso de liquidação de sinistros. O senhor se lembra dessa sua proposta, em 1968, no Conselho?

M. F. - Aliás, também fazia parte da lei, tinha que haver correção monetária, senão a companhia atrasava a indenização e pagava em moeda desvalorizada. O problema todo nessa parte era: a partir de que ponto se contava a correção monetária? Porque às vezes o atraso era culpa do segurado, outras, da seguradora. Quando a culpa era da

seguradora, tinha que começar a contar logo; se fosse do segurado, não devia pôr correção monetária.

A. L. - Deixando essa parte do Conselho, na década de 70 o senhor foi parar na Associação dos Exportadores Brasileiros, da qual chegou a ser vice-presidente. Como o senhor passou do setor financeiro para o setor exportador?

M. F. - Antes de ser do setor exportador, eu era vice-presidente do Comitê Brasileiro da Câmara de Comércio Internacional, onde um grupo se reuniu para criar a Associação dos Exportadores. Eu fiz parte desse grupo, colaborei nos estatutos e fui vice-presidente desde o começo.

A. L. - Mas o senhor tinha alguma ligação com empresas exportadoras?

M. F. - Eu trabalhava em um financiador de exportação, que era o Chase, e trabalhava em seguradora de exportação, que era a Sul América. Por outro lado, a Mecânica Pesada sempre foi exportadora de produtos, então, tinha várias ligações.

A. L. - É, na verdade, o senhor estava ligado à área de exportação. E em relação ao seguro exportação, como a Sul América se colocava? Como ela entrou nessa área?

M. F. - A Sul América sempre foi muito radical em matéria de seguro, sempre quis um seguro muito garantido, e o Brasil nunca fez seguro nessas condições, então, ela não se interessou. Faz mais seguro de transporte do que seguro de exportação.

A. L. - Nessa época que o senhor foi para a Associação dos Exportadores, tentou-se alguma modificação na legislação dos seguros de exportação?

M. F. - Tentou-se várias, várias vezes, mas nunca se conseguiu.

A. L. - Por quê? Quem resistia dentro do governo?

M. F. - O pessoal do governo nessa área... É uma área muito complicada.

A. L. - A Cacex queria deter toda a regulação, ficar com o controle do seguro também, não é?

M. F. - Sim, queria mexer em tudo.

A. L. - Na representação dos bancos, o senhor foi presidente do Sindicato da Guanabara de 1962 a 1968, membro do Conselho Consultivo desse sindicato até 1984, e ainda na década de 80 afastou-se do setor. Por que o senhor deixou essa área?

M. F. - Porque eu saí do Chase. Ainda fiquei até o fim do mandato, porém, mais do que isso não podia, porque já não era mais diretor do Chase. Entrei no limite de idade no Chase.

A. L. - O senhor ficou como presidente do Conselho Diretor até 1982. Mas continuou na Sul América e continuou atuando no que chama de atividade política e ideológica nos anos 80, pois consta do seu currículo que o senhor foi membro do Conselho Consultivo da União Brasileira de Empresários. Esse foi um grupo que se formou em preparação para a Constituinte, não é?

M. F. - Sim, e que nunca funcionou direito.

A. L. - Poderia contar um pouco sobre o que foi esse grupo? Era completamente diferente do Ipês, não?

M. F. - Era.

A. L. - O Ipês era um organismo de oposição ao governo Goulart, de oposição às políticas do governo Goulart, e a União Brasileira de Empresários parece ser uma associação de preparação da nova ordem legal que estava para surgir com a Constituição de 1988.

M. F. - Eu escrevi várias coisas sobre isso, consegui convencer banco, seguro, comércio... Quando chegou na indústria, não conseguia falar com o presidente, que era o atual governador de Sergipe, ex-senador...

A. L. - O presidente da CNI?

T. M. - Albano Franco?

M. F. - Albano Franco. Eu não conseguia falar com ele, mas, afinal, falei com o presidente da Fierj, mostrei a história e... Era esse armador, como se chama...?

A. L. - Hélio Ferraz?

M. F. - Não, esse é o quebrado.

T. M. - Ah, é o do Caneco, que é construtor? Arthur João Donato.<sup>30</sup>

M. F. - Donato! Falei com o Donato, e o Donato falou com o Albano Franco. Albano Franco, muito sabido, havia marcado uma reunião de todas as federações de indústria do Brasil em Betim, perto de Belo Horizonte, e convidou os presidentes dos outros setores. Quer dizer, estava armado com toda a indústria do Brasil apoiando, e os outros eram presidentes isolados. Aí ele lançou a minha idéia e se fez presidente.

Eu já vi que o negócio não ia funcionar com essa trapalhada do Albano Franco. Então, nós conseguimos regulamentar o negócio, tirando das mãos do Albano Franco duas coisas: a eleição para a Constituinte e um projeto que se ia fazer de Constituição. Esse projeto, eu fiquei encarregado de fazer...

A. L. - Ou seja, esvaziou.

M. F. - Esvaziei, mas também não ganhei, porque reuni alguns juristas muito bons, mas depois, não sei quem meteu na cabeça dos empresários que eles não deviam ter projetos próprios, deviam discutir os projetos dos outros, e acabaram desistindo do projeto. Eu queria mostrar com isso que era possível ter um projeto bem sintético. E o Brasil, até hoje, não conseguiu fazer uma Constituição escoreita, simples.

---

<sup>30</sup> Arthur João Donato, advogado e empresário carioca, nascido em 1922, presidiu o grupo Donato, integrado pelo Estaleiro Caneco, a Agropecuária Aliança Ltda. e a Dia: Destilaria Itaúnas S.A. Foi presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro entre 1980 e setembro de 1995.

A. L. - Além do Albano Franco, quem mais o senhor procurou? A Associação Comercial, a Fiesp?

M. F. - Os presidentes dos órgãos nacionais.

A. L. - Do comércio, da indústria...

M. F. - ... Agricultura, todo mundo.

A. L. - Quer dizer, o senhor não sentiu mobilização nessa união para formar um projeto único.

M. F. - Aí eles fizeram um conselho enorme, eu ainda propus que se fizesse dentro desse grupo um grupo executivo para poder produzir alguma coisa, mas não mexeram mais nada e eu desisti.

A. L. - Essa foi a sua mais recente atividade política-ideológica?

M. F. - Foi.

A. L. - O senhor está envolvido em alguma... visando alguma coisa futura?

M. F. - Acho que já passei da idade.

A. L. - E vê alguém que tenha tido essa sua função de articulador político-ideológico na história brasileira?

M. F. - Deve ter havido muitos.

A. L. - Quem o senhor citaria?

M. F. - Sei lá... Empresário, talvez, não, mas... como houve articulador! Havia muitos na área militar. O que acabou com isso foi o projeto de rejuvenescimento dos quadros das forças armadas. Antigamente, os generais ficavam muito tempo nas forças armadas, adquiriam prestígio e só se afastavam depois de terem muita ligação. Tinha os Cordeiro de Faria, milhões desses, mas, com o rejuvenescimento dos quadros, eles foram sumindo. Os últimos de prestígio que eu me lembro foram os comandantes do I Exército, o Negreiros, e do II Exército – nem me lembro mais o nome dele –, que tiveram o canto do cisne como presidente da diretoria e o outro como presidente do Conselho do Clube Militar.

A. L. - Do grupo do Ipês, em São Paulo, o senhor citaria um articulador eficiente?

M. F. - Havia vários bons: João Baptista Leopoldo Figueiredo, Paulo Aires, tinha um do Citybank... Havia vários bons em São Paulo.

A. L. - E no Rio de Janeiro?

M. F. - No Rio de Janeiro tinha Glycon de Paiva, o Harold Polland...

A. L. - O Galloti também estaria nesse nível?

M. F. - O Galloti gostava de ficar por trás, manobrava muito por trás, punha uma pessoa... Ele pôs no Ipês um indivíduo que era diretor da Light, não me lembro o nome dele, mais tarde virou um escritor afamado, hoje é um escritor muito considerado... O Galloti não entrava, porque achava que, sendo diretor da Light, isso prejudicaria.

A. L. - Quer dizer, ele não era um articulador que ia a frente e que fazia os contatos.

M. F. - Ele manobrava, era muito inteligente, bom articulador mas...

A. L. - E sentindo que o senhor era um articulador, ele fez chegar certas sugestões ao senhor?

M. F. - Ah, muitas! Eu era muito ligado a ele, discutíamos muito certos assuntos.

A. L. - A seu ver, um dos grandes articuladores no meio militar foi o Golbery?

M. F. - Não há dúvida.

A. L. - E o Castelo, não era um articulador?

M. F. - Castelo era mais um comandante.

A. L. - Golbery foi até o período Figueiredo. Articulou 1964, depois, a abertura, e se retirou com o episódio do Riocentro. A partir daí ele saiu dessa área de articulação, não é?

M. F. - Sim.

A. L. - Quer dizer que, no Rio de Janeiro, não havia ninguém da sua estatura?

M. F. - Ah! Não posso dizer isso, os gêneros eram diferentes. Deve ter havido muita gente.

A. L. - Após ter sido afastado do Conselho, porque o grupo do Costa e Silva não o queria como conselheiro da área de seguros, o senhor não teve mais atuação nos quadros superiores da área de seguros?

M. F. - Não.

A. L. - Quando o Geisel assumiu e o grupo castelista voltou, o senhor não voltou a ter atuação?

M. F. - Não, porque, a primeira coisa que o Golbery fez foi me pedir para fazer um trabalho sobre seguro e outro sobre banco. Eu peguei esse depoimento e o atualizei – foi isso que eu não achei. Era sobre seguros, sobre bancos e sobre bolsas de valores.

A. L. - O senhor fez o trabalho e entregou a ele?

M. F. - Entreguei.

A. L. - E não publicou? Seria interessante para a história do seguro ter acesso a esse documento.

M. F. - Foi engraçado, porque, quando o Mário Henrique Simonsen foi nomeado ministro, eu o convidei para almoçar e lhe dei os três trabalhos, sobre banco, sobre seguro e sobre bolsas de valores, sendo que eu achava que o seguro devia passar do Ministério da Indústria e Comércio para o Ministério da Fazenda. E o Mário Henrique me mostrou: “Olhe esse seu trabalho comentado pelo Geisel.” Deu-me o meu trabalho sobre bolsas de valores comentado pelo Geisel. O Geisel, em quase todas as páginas, fazia uma notinha. Por exemplo, tinha um pedaço que eu dizia que havia economistas conceituados que diziam que, quando a bolsa despencava, caía num verdadeiro valor, mas que eu discordava tremendamente, porque algumas tinham caído mais do que deviam, outras, menos, só por acaso... Era o Bulhões que dizia esse negócio errado. Só que o Geisel, na moda dele, no final do trabalho, escreveu assim do lado: “Muito bom!” – com um ponto de exclamação. E não fez nada do que eu propus.

A. L. - Era isso o que eu ia perguntar: que fim levaram essas sugestões?

M. F. - Não se fez nada.

A. L. - Mas há uma legislação de 1977 sobre previdência privada, fundos de pensão... O senhor atuou nesse momento?

M. F. - Não diretamente. Eu ajudei a criar o clima para fazer o negócio.

A. L. - E quem é o responsável por essa legislação?

M. F. - Bom, aí... Eu até tomei parte um pouco, porque havia o Ministério da Previdência querendo assumir o negócio, havia o Ministério da Indústria e Comércio querendo assumir, havia o Ministério da Fazenda querendo assumir os fundos... Dessa discussão toda, acabou-se criando os dois tipos: previdência aberta e fechada. Aberta, que atendia a qualquer um, e fechada, que só atendia a um grupo de uma empresa ou a um conjunto de empresas de um mesmo grupo. O grupo aberto ficou considerado equiparado a seguros, e o grupo fechado considerado complemento da previdência social e incorporado – foi a divisão de Salomão. Eu ainda fiz parte de uns grupos na parte de seguros.

A. L. - A pedido de quem?

M. F. - Nem me lembro mais.

A. L. - Ainda não havia uma figura controlando ou articulando isso?

M. F. - Que eu me lembre, não.

A. L. - E agora, o senhor teve alguma atuação sobre essa progressiva desregulamentação do IRB? O seu afastamento da Sul América foi no início dos anos 80, não?

M. F. - Sim.

A. L. - E o senhor ainda acompanhou o processo de desregulamentação do IRB?

M. F. - Bom, estou acompanhando.

A. L. - Mas como articulador ideológico?



M. F. - Não, o IRB me contratou com a Fundação.

A. L. - Mas.... nesse processo de desregulamentação?

M. F. - Sim, para ele poder funcionar sem monopólio.

A. L. - Esse estudo visa a fundamentar um projeto de lei? Porque o Congresso já aprovou a desregulamentação do IRB, falta agora uma legislação complementar organizando o processo. Esse estudo visa exatamente a isso, a essa legislação?

M. F. - Visa a criar condições para que o IRB possa, sem ir a falência, trabalhar sem a proteção do monopólio.

A. L. - Então, de alguma maneira, o senhor continua com algum envolvimento nessa área, na medida em que a instituição que preside está fazendo um estudo sobre o futuro do IRB, uma proposta de organização do IRB. Esse estudo está consultando o mercado segurador? Quer dizer, dessa vez a mudança não está sendo feita pelo Estado, mas por uma fundação, e com consulta ao mercado segurador?

M. F. - Com consulta aos casos semelhantes do estrangeiro. Tem sido estudado como funcionam os outros.

A. L. - Como o senhor via o IRB no período em esteve ligado à Sul América e como vê o futuro do IRB, hoje? O senhor era a favor do funcionamento do IRB como estava naquele momento?

M. F. - Bom, o IRB teve uma função história, que podia ter sido bem mais curta do que foi. De fato, foi de grande ajuda na estabilidade das empresas, nos seus limites de retenção, além dos quais tinham que passar o resseguro ao IRB, depois, a retrocessão ao mercado. Durante algum tempo, isso foi bom para disciplinar, mas podia ter demorado muito menos tempo. Inclusive o IRB, depois, se meteu a ir ao estrangeiro e deu um bocado de prejuízo às seguradoras.

A. L. - O senhor acha que, nesse momento, já poderia ter começado um processo de modificação no papel do IRB?

M. F. - Ah, sim. Teria diminuído o prejuízo que ele causou.

A. L. - Esse prejuízo foi muito mais ao Tesouro do que às próprias seguradoras, não?

M. F. - Foi.

A. L. - Mas houve prejuízo para as seguradoras que também foram para o exterior.

M. F. - Houve, sim.

A. L. - Nesse momento em que o IRB levou uma série de seguradoras para o exterior – a Itaú Seguros e a Bradesco foram fazer resseguros no exterior – a Sul América também foi?

M. F. - Acho que isso... A Sul América tem muito mais tradição que as outras.

A. L. - Mas ela foi fazer resseguro no exterior nesse movimento que o IRB capitaneou?

M. F. - Deve ter ido independente disso. A Sul América é uma multinacional tupiniquim, funciona nos Estados Unidos, nas Bahamas, na Espanha, em quase toda a América Latina.

A. L. - E vem se expandindo desde os anos 70?

M. F. - Antes disso.

A. L. - A expansão para a América Latina é mais recente, não?

M. F. - Não, é mais ou menos simultânea à daqui.

A. L. - Como se chama a...?

M. F. - Sudamérica.

A. L. - Quer dizer que o senhor acha que esse processo de saída das seguradoras brasileiras para o exterior não foi o que motivou a Sul América a sair, ela já tinha um movimento próprio de articulação.

M. F. - Já tinha.

A. L. - Mas ela saía como seguradora, não?

M. F. - Sim.

A. L. - E para fazer resseguro, também saiu?

M. F. - Como seguradora, ela fazia resseguro. Há duas formas de se operar no exterior: através de subsidiárias e através de sucursais. Há casos que são sucursais, há casos que são subsidiárias.

A. L. - Quando são subsidiárias, a companhia não aparece, só aparece a outra firma?

M. F. - Não! É que nós temos duas Sul América, é política da companhia. Uma só tem sucursais e outra só tem subsidiária. Não sei o que motivou isso, mas elas funcionam assim.

A. L. - Essa divisão em duas áreas vem de que época?

M. F. - Desde o começo.

A. L. - Desde o início!?

M. F. - No começo, uma era só de seguro de vida e outra, de ramos elementares. Depois, as duas passaram a operar em tudo.

A. L. - Quando o senhor estava no Conselho de Seguros Privados, em 1968, o *Boletim Informativo* noticiou que foi extinta a Comissão Central de Tarifas do IRB. Isso já significava uma desregulamentação inicial do IRB, no sentido de que as seguradoras passaram a ter que arcar com a questão das tarifas?

M. F. - Não. Essa Comissão de Tarifas era uma coisa... Essa responsabilidade seria da Superintendência de Seguros Privados, que não tinha competência, então, a certa altura, delegou ao IRB, o IRB fazia e, depois, ela homologava.

A. L. - Mas isso caberia às seguradoras, não?

M. F. - Não, caberia à Superintendência de Seguros Privados. Segundo o regime que havia na época, era o órgão [competente].

A. L. - E essa extinção, em 1968, o que significou para a Susep?

M. F. - Deve ter passado.

A. L. - Não passou para o mercado segurador? O governo continuou tendo um controle...?

[FINAL DA FITA 5-B]

A. L. - Falou-se sobre a extinção, pelo Conselho, da Comissão Central de Tarifas, que, provavelmente, deve ter ido para a Susep, e que essa medida de extinguir a Comissão não significou a atividade de tarifação pelo mercado segurador, pois é o governo que detém a atividade regulatória das tarifas. Em outros países é assim? A tarifa é feita pelo governo ou pelo mercado segurador?

M. F. - Há várias formas. Existe liberdade de cada um ter a sua tarifa.

A. L. - Podemos encerrar por hoje. Na próxima entrevista, faremos o vídeo. Agradecemos ao senhor mais uma vez pelo depoimento.

[FINAL DO DEPOIMENTO]